



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS AGROECOLÓGICAS E O DESENVOLVIMENTO
DOS POVOS TRADICIONAIS: o caso das Comunidades Quilombolas de Campo
Formoso**

**JUAZEIRO - BA
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS AGROECOLÓGICAS E O DESENVOLVIMENTO
DOS POVOS TRADICIONAIS: o caso das Comunidades Quilombolas de Campo
Formoso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura, e Territorialidades.

Local de Execução: Comunidades Quilombolas de Campo Formoso-BA

Orientador: Prof. Dr. Daniel Salgado Pifano.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Xirley Pereira Nunes.

Orientando: Daniel Muniz Rocha do Nascimento

JUAZEIRO - BA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

N244p Nascimento, Daniel Muniz Rocha do
Políticas Públicas Agroecológicas e o Desenvolvimento dos Povos Tradicionais:
o caso das Comunidades Quilombolas de Campo Formoso / Daniel Muniz Rocha do
Nascimento. – Juazeiro - BA, 2024.
xv, 92 f.: il. 29 cm.

Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade
Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Salgado Pifano

1. Comunidades rurais. 2. Políticas Públicas. 3. Agroecologia. 4. Quilombos. I.
Título. II. Pifano, Daniel Salgado. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 301.350942

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIEL MUNIZ ROCHA DO NASCIMENTO

POLÍTICAS PÚBLICAS AGROECOLÓGICAS E O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS: o caso das Comunidades Quilombolas de Campo Formoso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Aprovada em 23 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
DANIEL SALGADO PIFANO
Data: 28/02/2024 23:26:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Daniel Salgado Pifano
Doutor em Engenharia Ambiental
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente
FRANCISCO RICARDO DUARTE
Data: 28/02/2024 10:59:12-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Francisco Ricardo Duarte
Doutor em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente
BRUNO CEZAR SILVA
Data: 28/02/2024 11:28:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Bruno Cezar Silva
Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente
ANTONIO PIRES CRISOSTOMO
Data: 28/02/2024 10:27:36-0300
Verifique em <https://validar.ifl.gov.br>

Antônio Pires Crisóstomo
Doutor em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Documento assinado digitalmente
FRANCISCO DE TARSO RIBEIRO CASELLI
Data: 28/02/2024 14:05:01-0300
Verifique em <https://validar.ifl.gov.br>

Francisco de Tarso Ribeiro Caselli
Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal do Piauí

NASCIMENTO, Daniel Muniz Rocha do. **Políticas Públicas Agroecológicas e o Desenvolvimento dos Povos Tradicionais: o Caso das Comunidades Quilombolas de Campo Formoso.** Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT). Juazeiro (BA). Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2023.

RESUMO

As comunidades quilombolas são povos remanescentes do período escravista e existem, praticamente, em toda a extensão do território brasileiro. O povo quilombola tem enfrentado obstáculos impostos pela não efetividade pública, racismo institucional e insensibilidade dos governantes. Por meio das políticas públicas, esse passivo histórico das comunidades quilombolas pode ser atenuado. Essas comunidades são formadas, na sua maioria, por agricultores familiares. Eles utilizam, em grande parte, técnicas produtivas e de convivência comunitária, alicerçadas em alguns princípios agroecológicos. Tais políticas são direcionadas para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Esta pesquisa objetivou investigar a relação das políticas públicas agroecológicas com o desenvolvimento das comunidades quilombolas. Para tanto, foi adotado um estudo de campo em comunidades quilombolas de Campo Formoso (BA), assistidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar desta cidade. Para o alcance de tais objetivos, foram utilizados os métodos de Análise de Conteúdo e Análise de Redes Sociais. A partir do resultado da pesquisa, as comunidades quilombolas, objeto desta tese, receberam políticas públicas, com enfoque agroecológico, que interferiram no seu desenvolvimento, políticas direcionadas dos Programas Pró-Semiárido, ATER Quilombola e de Cisternas. A partir da visão dos entrevistados, foram detectados pontos positivos e negativos, permitindo também a construção de uma agenda para ações futuras.

Palavras-Chave: comunidades quilombolas; políticas públicas; agroecologia.

NASCIMENTO, Daniel Muniz Rocha do. **Agroecological Public Policies and the Development of Traditional Peoples: the Case of Quilombola Communities in**

Campo Formoso. Graduate Program in Agroecology and Territorial Development (PPGADT). Juazeiro (BA). Federal University of the São Francisco Valley. 2023.

ABSTRACT

Quilombola communities are people remaining from the slavery period and exist practically throughout the entire Brazilian territory. The quilombola people have faced obstacles imposed by public ineffectiveness, institutional racism and insensitivity of those in power. Through public policies, this historical liability of quilombola communities can be mitigated. These communities are mostly made up of family farmers. They largely use productive and community coexistence techniques, based on some agroecological principles. Such policies are aimed at the sustainable development of society. This research aimed to investigate the relationship between agroecological public policies and the development of quilombola communities. To this end, a field study was carried out in quilombola communities in Campo Formoso (BA), assisted by the Union of Family Farming Workers in this city. To achieve these objectives, Content Analysis and Social Network Analysis methods were used. Based on the results of the research, the quilombola communities, the subject of this thesis, received public policies, with an agroecological focus, which interfered in their development, policies targeted by the Pró-Semiárido, ATER Quilombola and Cisternas Programs. From the perspective of the interviewees, positive and negative points were detected, also allowing the construction of an agenda for future actions.

Keywords: quilombola communities; public policy; agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ciclo de Políticas Públicas.....	15
Figura 2	Geração de Políticas Públicas para Agricultura Familiar.....	19
Figura 3	Comunidades Quilombolas de Campo Formoso.....	28
Figura 4	Regiões de Campo Formoso.....	43
Figura 5	Ações Agroecológicas nas comunidades quilombolas.....	48
Figura 6	Cisternas de Consumo	49
Figura 7	Cisternas de Produção.....	49
Figura 8	Assistência Técnica.....	52
Figura 9	Quintais Produtivos.....	53
Figura 10	Coberturas para animais.....	54
Figura 11	Fogão Agroecológico e Biodigestor.....	55
Figura 12	Canteiros Ecológicos.....	56
Figura 13	Benefícios percebidos.....	57
Figura 14	Água de Qualidade.....	58
Figura 15	Alimentos para consumo.....	59
Figura 16	Qualificação de Métodos.....	60
Figura 17	Geração de Renda.....	61
Figura 18	Comércio Interno.....	62
Figura 19	Pontos Negativos.....	64
Figura 20	Falha na Comercialização.....	65
Figura 21	Falta de Recursos.....	66

Figura 22	Baixo número de famílias contempladas.....	67
Figura 23	Participação da Comunidade.....	68
Figura 24	Deficiência na Assistência.....	69
Figura 25	Agenda de Políticas na visão das comunidades.....	70
Figura 26	Mais água para produção.....	71
Figura 27	Acesso à Crédito.....	72
Figura 28	Políticas para comercialização e geração de renda.....	73
Figura 29	Políticas para Formação Comunitária.....	74
Figura 30	Políticas de ATER.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Campo Formoso
ARS	Análise de Redes Sociais
SDR	Secretária Estadual de Desenvolvimento Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
SEPROMI	Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial

CPCT	Coordenação de Política para Comunidades Tradicionais
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
ONU	Organização das Nações Unidas
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS	15
2.2 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	18
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.4 AGROECOLOGIA	24
3. MATERIAL E MÉTODOS	30
3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA	30
3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	31
3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	33
3.4 COLETA DE DADOS	34
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	35
3.6 PRODUTO FINAL	38
3.7 ASPECTOS ÉTICOS	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPO FORMOSO RECEBERAM POLÍTICAS AGROECOLÓGICAS?	41
4.1.1 <i>Políticas Agroecológicas - ATER</i>	44
4.1.2 <i>Políticas Agroecológicas – Pró-semiárido</i>	45
4.1.3 <i>Projetos de Cisternas</i>	47
4.2 OBSERVANDO E REFLETINDO	49
4.3 OUVINDO AS COMUNIDADES	54
4.3.1 <i>Quais as políticas agroecológicas chegaram às comunidades quilombolas de Campo Formoso?</i>	54
4.3.2 <i>O que mudou nas comunidades?</i>	63
4.3.3 <i>Quais foram os pontos negativos das políticas agroecológicas?</i>	70
4.3.4 <i>Qual a agenda de políticas públicas que as comunidades anseiam?</i>	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
RERERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

Somente após cem anos da abolição da escravatura, as comunidades quilombolas conquistaram, por meio da CF - Constituição Federal de 1988, não somente o reconhecimento da identidade histórica, mas, sim, a expansão das políticas de detecção, defesa e reparação de prejuízos gerados com a escravidão. Apesar desse avanço, o passivo histórico gerado pelo período da escravatura ainda está longe de ser revertido (Brasil, 2018). A partir dessa Carta Magna, os povos negros ganharam destaque diante de representantes nacionais, e começaram a pressionar, ainda mais, os governos para avanços, políticas que promovessem inclusão social, política produtiva e reparação histórica. Para Amorim e Germani (2005), tais reivindicações, pautas incansáveis do Movimento Negro, representam uma exigência de desagravo da escravidão; elas continuam sendo um desafio para sociedade e Estado, pois foram relegadas ao esquecimento durante um longo período da história desse país.

Em 2002, o Congresso Nacional, aprovou o texto da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, matéria que reforça o direito para comunidades tradicionais, de autonomia e controle de suas próprias instituições, desenvolvimento econômico e propriedade dos recursos naturais e da terra. O Decreto 4887/2003, alicerçado na CF/88 e no texto 169 OIT, trouxe avanços significativos na direção da igualdade racial e proteção das comunidades remanescentes de quilombos. Ainda no governo de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, várias políticas públicas foram implementadas para atender as necessidades históricas e emergentes destes povos tradicionais (Brasil, 2018).

A articulação dos movimentos sociais negros, na luta por avanços e reparação de direitos, com a predisposição de alguns governos para diálogo com esses segmentos, formatou, durante alguns anos, políticas governamentais que geraram impacto no quadro de desigualdade do Brasil. É importante frisar que políticas públicas são decisões que visam à satisfação do interesse da coletividade. São estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório, composto de variáveis complexas que impactam na realidade (Amabile, 2012). Assim, as políticas públicas podem ser o caminho para a promoção do desenvolvimento das

comunidades tradicionais, porém uma série de fatores pode interferir no resultado e/ou na qualidade destas.

Dentre as ações implementadas, como políticas de fortalecimento para o movimento negro, no Brasil, estão o Programa Água para Todos, Programas de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Assistência Técnica e Inclusão Rural Quilombola; todas essas iniciativas foram implantadas pelo Governo Federal (Gonçalves, 2017). A semelhança entre essas ações é a presença do campo agroecológico como base para elaboração e execução desses programas. A Agroecologia, pra Altieri (2002), é uma base científica para uma agricultura sustentável. Dessa forma, a busca pela agricultura sustentável foi um dos caminhos propostos pela articulação de movimentos sociais e governos, para a promoção do desenvolvimento das comunidades quilombolas. Outras políticas agroecológicas foram lançadas por governos estaduais e municipais, com a mesma finalidade, promoção do desenvolvimento sustentável, a exemplo do Programa Pró-Semiárido do Governo do Estado da Bahia, realizado entre 2019 e 2022.

Definida como ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, a agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável nas suas diversas manifestações ou denominações (Altieri, 2002). Segundo Moreira e Carmo (2002), a agroecologia é um meio para direcionar esforços interdisciplinares que integrem, na prática, as disciplinas que foram separadas pelo desenvolvimento da ciência convencional. Instituições não governamentais, movimentos sociais e os setores empresariais, comprometidos com a real sustentabilidade econômica, social e ecológica do País, podem articular-se com a pesquisa agroecológica para ocupar os espaços e aumentá-los, na direção da construção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

De 2003 até 2019, o movimento quilombola conquistou avanços, como a regulamentação das terras quilombolas e instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, mas também retrocessos, principalmente, a partir de 2016, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Independentemente

dos governos que estão no poder, a luta pelos direitos e pela reparação histórica da escravidão continua. O povo quilombola tem enfrentado os obstáculos impostos pela não efetividade pública, racismo institucional e insensibilidade dos governantes.

As comunidades quilombolas estão inseridas majoritariamente na realidade do campo e da agricultura familiar. Para Braz (2021), a identidade do sujeito negro está intercalada com a do agricultor familiar, pois as atividades produtivas e sociais, presentes nos territórios quilombolas, são essencialmente rurais, ligadas às pequenas produções familiares. Os agricultores familiares utilizam, em grande parte, técnicas produtivas e de convivência comunitária alicerçadas em alguns princípios agroecológicos. Finatto e Salamoni (2008) afirmam que agrossistemas familiares estão balizados em diretrizes de desenvolvimento sustentável.

A partir dessas avaliações, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: Políticas Públicas, com enfoque em agroecologia, possuem relação com o desenvolvimento de comunidades quilombolas? Para tentar responder tal questão, essa pesquisa propôs-se a analisar a relação das políticas públicas agroecológicas com o desenvolvimento das comunidades quilombolas de Campo Formoso. Para tanto, foi adotado um estudo de campo, nos territórios quilombolas, atendidos pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, do Município de Campo Formoso-BA.

Assim, esta tese objetivou **analisar a relação das políticas públicas agroecológicas com o desenvolvimento das comunidades quilombolas de Campo Formoso (BA)**. Foi proposto o alcance dos seguintes objetivos específicos: identificar as políticas públicas, com enfoque agroecológico, implementadas nas comunidades quilombolas do Município de Campo Formoso; analisar a percepção das comunidades quilombolas de Campo Formoso em relação às políticas públicas, com enfoque agroecológico, recebidas e relacioná-las com o desenvolvimento das comunidades quilombolas de Campo Formoso (BA).

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, foram abordados os temas e os principais autores que se dedicaram a escrever sobre as temáticas utilizadas na construção desta tese. Foram organizados os seguintes tópicos: comunidades quilombolas, políticas públicas e agroecologia.

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os significados do termo quilombo, no Brasil originaram-se dos assuntos oficiais que pretendiam reprimir as fugas dos escravos negros, que em defesa ao regime imposto pelos governantes da época, optavam pela evasão das propriedades escravocratas. Sobre isso:

Tudo isso vem do período colonial, a concepção pautada na determinação do Conselho Ultramarino de 1741, que entendia os quilombos como habitação de negros fugidos que passasse de cinco, em parte despovoada ainda que não tenha ranchos levantados nem nela se achem pilões. A definição de quilombo, durante o período da escravidão, tornou jurídica a questão das fugas de escravos, penalizando e excluindo os escravos (Carril, 2006, p. 52).

Segundo Anjos (2009), a formação dos quilombos era uma válvula de escape para diminuir a violência imposta pela escravidão; um dos quilombos, formados a partir dessas fugas, é o quilombo dos Palmares. Porém a criação desses núcleos comunitários também estava ligada a outros contextos; alguns quilombos nasceram da compra das terras por negros libertos, da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica, da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos (Carril, 2006).

É interessante observar que o conceito de quilombo sofre uma reconfiguração significativa no período pós-libertação dos escravos, pois se até então ele era utilizado para demarcar um processo de luta e defesa de território de negros fugidos, a partir da libertação dos escravos, apresenta-se como um modelo de organização social e coletiva, alternativa capaz de enfrentar um processo de libertação de escravos que não pressupôs qualquer forma de indenização (Santos, 2012, p. 19).

Nessa direção, o processo de ressignificação do termo quilombo, ao longo da história, sofre várias reconfigurações. Ele deixa de ser somente atrelado ao fenômeno da escravidão e ganha semântica sociocultural, revelando-se uma ferramenta

conceitual significativa para a análise do processo de inserção social das populações negras na sociedade brasileira.

Santos (2012) ainda afirma que o conceito de quilombo indica, desse modo, não apenas uma forma de apropriação da terra, mas formas de organização social, histórias de luta e resistência. Dentre as comunidades negras das áreas urbanas ou rurais, o termo remanescente pode contribuir para configurar uma nova continuidade ao grupo. Sem cair no risco das homogeneizações, para algumas dessas comunidades, o autorreconhecimento ou autoidentificação, como remanescente, permite sua recriação, ao conjugar e produzir elementos da memória e atributos culturais que serão valorizados pelo grupo e que atuarão como elemento externo de distinção.

A adoção pelas comunidades, de um atributo que as identifica como remanescente, é parte de um processo de diferenciação social e demarcação de fronteiras étnicas que configurarão uma identidade étnica. As diferenças que podiam até então distingui-las da população local, na forma de estigmas, passam a ganhar positividade, e as palavras negro ou preto, muitas vezes recusadas, devido a sua estigmatização, passam a ser adotadas. Constroem-se novos critérios de distinção entre aqueles que são parte das comunidades e os outros. Ao mesmo tempo, a maior visibilidade do grupo lhe dá uma nova posição em face do jogo político.

Mais de 70 anos depois da abolição da escravatura, sobretudo entre os anos 1950 e 1960, os discursos sociais e políticos apropriam-se da questão quilombola para torná-la símbolo de *resistência cultural*, reprodução e ressignificação do modo de vida africano (Arruti, 2008). Ainda segundo este autor, um segundo aspecto simbólico foi assumido pelo termo “quilombo”, o de resistência política. Para Leite (2000), essa resistência foi fundamentada em ideais de liberdade e igualdade, inspirada na Revolução Francesa e em concepções marxista-leninistas, associando, muitas vezes, ao movimento negro e, nesse período, a revoluções armadas.

Aos poucos, o movimento quilombola vai se tornando símbolo de resistência negra e da redemocratização brasileira, segundo a visão de Fiabani (2008) e Arruti (2008). Na década de 70, é inaugurado o “Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial”; também é criado, em São Paulo, o “Dia Nacional da Consciência Negra”, ações que fortaleceram a luta pela reparação histórica do

processo de escravidão e discriminação, assim como o avanço na busca por direitos não adquiridos.

É nesse contexto, que em 1988, por meio da Constituição Federal, o Estado Brasileiro sinalizou, pela primeira vez, a intenção de reparação de danos da escravidão e inclusão de medidas de acesso a direitos. Foi promulgado texto do artigo 68, da CF/1988, em que foi concedido o direito de propriedade definitiva aos remanescentes de quilombos, nas terras por eles ocupadas (Brasil, 2018). Esse avanço legal só foi possível em meio a grande articulação do movimento negro e forte pressão política, sob as representações governamentais. A pressão social deu origem a modificações legais e, posteriormente, a políticas públicas, para cumprimento da lei e entrega dos títulos de terra dentro dos territórios quilombolas.

Depois de 1988, foram 14 anos de decretos e portarias, que contribuíram muito pouco com a regulamentação do texto da Carta Magna. Somente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, por meio do Decreto 4887, é dado um importante passo rumo à efetivação das determinações constitucionais (Brasil, 2018). É importante frisar que, no ano de 2002, o Congresso Nacional aprovou texto da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, base legal significativa para comunidades tradicionais, e também referência para o Decreto 4887. De 2007 até 2016, foram estabelecidas conquistas importantes, instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Estatuto da Igualdade Racial, “Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” e do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Parte dessas conquistas está representada em políticas públicas, distribuídas por áreas como: agricultura, regularização fundiária, educação e habitação. Porém ainda existem muitos investimentos necessários para promoção da igualdade racial e para o fim da desigualdade social, bem presente em nosso país. Em 2016 e 2017, no governo de Michel Temer, foi interrompido esse fluxo de políticas sociais, voltadas para povos tradicionais, o que trouxe novos desafios para os movimentos quilombolas. Gonçalves (2017, p.127) comenta essa mudança de rumo nos gastos públicos, da seguinte forma: “O redirecionamento dado às políticas quilombolas não são apenas cortes orçamentários, pois, investimentos e medidas administrativas são feitos a partir

de escolhas políticas e o governo claramente optou por não priorizar os reparos sociais da população negra”.

2.2 DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Quando a civilização superou uma crise imposta pela Segunda Guerra Mundial, passou a perseguir o progresso com uma visão mais abrangente e democrática (Melo, 2003). Essa disposição levou a consequências sociais e ambientais que estimularam a reflexão sobre a pertinência dessa ideia para a sobrevivência da humanidade. O crescimento econômico, sem precedentes, vivenciado depois da Segunda Guerra Mundial, pautado numa concepção materialista, antropocêntrica e exploradora dos recursos naturais, numa lógica de desenvolvimento industrial, impôs a necessidade de reflexão dos limites e das consequências desse modelo. Sachs (1993) aponta que seriam necessários cinco ou seis planetas como fonte de recursos e insumos, e também como depósito para os desperdícios do progresso. Nesse cenário pessimista em relação ao futuro da humanidade, diante da fraqueza do modelo convencional, adotado pelo ocidente na resolução dos problemas econômicos nos países periféricos, além da crise ambiental, a busca por novos estilos de desenvolvimento ganha força no final do século XX e início do século XXI.

Muitas teorias surgiram a partir desse ponto, mas, para este trabalho, um destaque será feito, a teoria do desenvolvimento como exercício da liberdade de Amartya Sen. Essa abordagem das liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas do desenvolvimento, como crescimento do produto interno bruto, aumento das receitas pessoais, industrialização, progresso tecnológico, ou com a modernização social. Para Sen (2000), o que as pessoas podem efetivamente fazer é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais, por outras condições e possibilidades como saúde, educação básica, o incentivo e estímulo às iniciativas. Sobre isso:

Uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do produto nacional bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem ignorar a importância do crescimento econômico, temos de olhar muito além dele (SEN, 2010, p. 14).

O desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas gozam. As interconexões entre os diversos tipos de liberdade proporcionam, ao indivíduo, o protagonismo do seu desenvolvimento.

A finalidade última do desenvolvimento é o bem das pessoas, associado à liberdade, isto é, à potência pessoal de conseguir a vida que se deseja racionalmente. Nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, bem como colocada no centro da abordagem do desenvolvimento, como liberdade. Além da perspectiva de liberdade, em um sentido abstrato, o desenvolvimento associa-se também às liberdades concretas das pessoas. Pode-se falar da “liberdade de adquirir bens/serviços”, “liberdade de ser saudável”, “liberdade de não ser sujeito à morte prematura” e tantas outras (Pinheiro, 2012, p.12).

O autor ainda segue afirmando que o diálogo público tem um importante papel na conceituação das liberdades de uma comunidade, pois corrobora com a preservação dos direitos civis e políticos de todos. Incluem-se, nesta categoria, os direitos de participar de discussões públicas abertas, compor instituições (inclusive partidos políticos) que exerçam pressão sobre os governos em busca de ações públicas. As políticas públicas são amplificadoras ou limitadoras das liberdades e, conseqüentemente, do desenvolvimento das comunidades.

Para Lacerda (2018), as comunidades tradicionais geralmente possuem sistemas sociais e modos de vida baseados na horizontalidade temporal, com o intuito de garantir as necessidades das gerações futuras, sem comprometer as necessidades da geração presente e as contribuições das gerações passadas. Esse modo de conversão da relação temporal, no processo de desenvolvimento, representa um olhar ampliado para a implementação de estratégias que alinhem produção, conservação ambiental e equidade. Representa ainda um incentivo ao desenvolvimento destas comunidades, baseado no exercício de suas liberdades.

Relacionar as comunidades quilombolas com os modelos de desenvolvimento requer antes a compreensão da questão racial; compreender o racismo como um fator histórico e estruturante, que determinou e estabelece a distribuição seletiva das pessoas no território, do acesso a direitos e, além disso, as possibilidades de usufruir de avanços sociais e coletivos. Segundo Lacerda (2018), essa realidade impõe-nos a

necessidade de refletir o quanto o discurso e as práticas de desenvolvimento sustentável, em comunidades tradicionais, precisam se alinhar às necessidades reais das comunidades quilombolas. Assim, não adianta somente a implementação de políticas públicas dentro das comunidades quilombolas, se elas não contribuem para as conquistas das liberdades reais, que foram tolhidas historicamente por um processo amplo de racismo estrutural.

Essas ideias provocam uma proposição de políticas de desenvolvimento, baseadas na maior participação dos atores locais, como forma de atenderem as suas necessidades. Isto ficou mais evidente a partir da década de 90, tornando-se, cada vez mais evidente, que o Estado havia exaurido as formas usuais de gestão das políticas públicas, reconhecendo-se a necessidade de formas diferenciadas e mais democráticas de gestão das ações governamentais (Silva e Schneider, 2004). Amartya Sen (2000) deixa evidente, em seu trabalho, que a participação social é parte do processo de desenvolvimento e consequentes conquistas das liberdades. Tal participação deve levar pessoas a uma influência real nas tomadas de decisões, na formatação, na implementação e na avaliação de políticas públicas, em contraponto ao modelo majoritário, utilizado pelos agentes políticos tradicionais, que funciona mais como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (Silva e Schneider, 2004).

A cultura afro-brasileira tem, entre suas características próprias, valores e princípios que evidenciam elementos indispensáveis para a construção de modelos de desenvolvimento, adequados às especificidades e às necessidades das comunidades quilombolas. Entre essas características, podemos destacar a centralidade na comunidade, o respeito à tradição, o alto nível de espiritualidade e o envolvimento ético, a harmonia com o natural, a natureza social da identidade individual (Karenga, 2003). É necessário, assim, entender que o reconhecimento da produção de conhecimento quilombola contribui para a construção de concepções e práticas de desenvolvimento dos afro-brasileiros, de processos de melhoria das condições de vida, redução das desigualdades e conservação dos territórios, valores e princípios.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto ao conceito de Política Pública, não existe um consenso, nem uma abordagem mais adequada. Segundo Souza (2006, citando Mead, 1995; Lynn, 1980; Peters, 1986; e Dye, 1984) a política pública é o estudo das ações dos governos. Assim, as políticas públicas seriam as intervenções diretas dos governos na vida dos cidadãos. Essa seria uma abordagem estatista, pois o Estado teria o poder hierárquico para corrigir os erros que o mercado e a sociedade não conseguem tratar sozinhos.

Uma crítica bem presente a essas abordagens é a predominância de aspectos racionais e procedimentais, que desconsideram o caráter amplo e holístico das políticas públicas. Para Secchi (2017), essas críticas estão vinculadas aos defensores da abordagem multicêntrica, que consideram as organizações privadas e não governamentais como parte de uma rede de políticas públicas, e agentes principais do Estado, no processo de gestão dessas políticas. Segundo Amabile (2012, p. 390):

Políticas Públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse da coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório, composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório.

Essa definição propõe um encontro entre a visão estatista e a multicêntrica, entendendo que a política pública é papel do Estado, porém deve ter indispensável atuação da sociedade em todas suas fases, dentro de um processo de participação compartilhada. Assim, segundo essa perspectiva, os movimentos sociais e a população devem participar de todo ciclo de políticas públicas; da identificação do problema até a extinção da política.

Para Secchi (2017), o ciclo de políticas públicas é o processo de gestão defendido por alguns autores. São várias etapas que compõem esse esquema que permite a visualização da vida de uma política pública. Existem vários modelos de estágios propostos, aqui serão expostas as etapas descritas por Secchi (2017), pois apresenta um maior número de etapas, como exposto na Figura 1; são elas: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

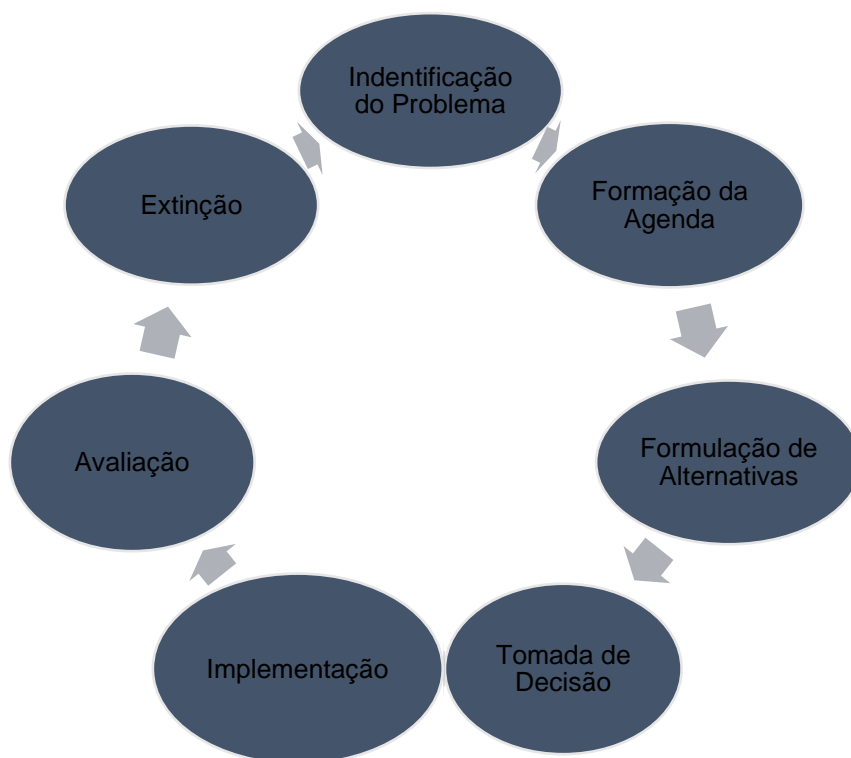


Figura 1 – Ciclo de Políticas Públicas
Fonte: Próprio Autor (2023)

A fase de identificação do problema é a detecção das dificuldades encontradas pela sociedade em diversas áreas, é o que falta para a realidade pública ideal ser alcançada. Nessa etapa, os agentes públicos, organizações não governamentais, partidos políticos e população em geral são os responsáveis por produzirem essas demandas de problemas. Esses deverão ser percebidos e delimitados para maior entendimento e detalhamento; tais informações servirão de subsídios para próxima etapa.

Agenda Pública é o conjunto de problemas compreendidos como relevantes. Pode estar representada por meio de um programa de governo, planejamento orçamentário ou demanda de partidos (Secchi, 2017; Souza, 2006). A formação da agenda política é a criação das pautas prioritárias, mediante os problemas identificados. Essa agenda pode ser política, que é o conjunto de problemas ou temas relevantes para uma comunidade política, representada pelos partidos e suas lideranças. Ainda pode ser uma agenda formal, a mais conhecida, que se relaciona a uma agenda institucional, aos temas que o governo já decidiu enfrentar, ou está

representado em plano de trabalho. Agenda da mídia é o agrupamento de problemas que recebe atenção especial dos meios de comunicação. Para o meio acadêmico, geralmente quando se trata de “agenda”, está relacionado à agenda formal.

A construção de soluções para os problemas identificados é chamada de formulação de alternativas, momento em que os objetivos e estratégias são traçados para criar os possíveis caminhos a serem tomados pelas políticas públicas. Os analistas de políticas públicas, com outros atores deste processo, projetam cenários e suas respectivas consequências, testando variáveis e verificando a viabilidade de cada decisão (Secchi, 2017).

Para o mesmo autor, a tomada de decisão é o momento da escolha das alternativas, em que os interesses dos atores são transformados em intenção de enfrentamento do problema público na prática. Para Souza (2006), dentro desse processo de tomada de decisão, existem modelos que contestam o padrão estabelecido por aqueles que defendem o ciclo de políticas públicas e suas fases sequenciais; esses modelos serão expostos ao final desta seção.

Segundo O´Toole Jr. (2003), a etapa de implementação de políticas públicas é o momento em que os planos, estratégias e objetivos passam de intenção à ação. É a fase em que outros agentes entram em cena, fornecedores, parceiros, grupos interesses, por isso àqueles que estiverem no ponto do processo de implementação, devem saber dirimir os conflitos e gerenciar os interesses.

Avaliação de política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para ação pública, bem como sobre o sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática” (Anderson, 1979, p.711). Essa etapa específica do ciclo de políticas públicas será tratada em uma seção própria deste trabalho.

Para Secchi (2017, citando Giuliani, 2005), a extinção de políticas públicas acontece pela resolução do problema que originou a política, quando os programas e leis que originaram a política mostram-se ineficazes e o problema perdeu importância na agenda política. Outro motivo de extinção está relacionado àquelas políticas que são planejadas e projetadas com prazo de validade.

Como já foi abordado aqui nesse texto, dentro da fase de identificação ou na análise do processo decisório, surgiram modelos em contraposição ao padrão formal de ciclos de políticas públicas; esses defendem que as fases nem sempre são as mesmas e por vezes são desrespeitadas. Para Souza (2006), o modelo proposto por Cohen, March e Olsen (1972), Garbage Can, Modelo da Lata do Lixo, defende que as soluções muitas vezes nascem antes dos problemas. Nessa análise, as políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma lata de lixo. A compreensão das soluções e dos problemas é limitada e as instituições trabalham em um sistema de tentativa e erro.

O modelo incremental, defendido por Lindblom (1959), também contesta a metodologia estabelecida pelo ciclo de políticas públicas; para ele, problemas e soluções são decididos e revisados simultaneamente e em vários momentos da tomada de decisão. As decisões presentes são vinculadas às tomadas no passado, por outros governos e aos interesses dos atores envolvidos no processo de elaboração da política pública, assim o elemento política tem mais relevância que o elemento técnico.

2.4 AGROECOLOGIA

A palavra agroecologia já é trabalhada há alguns anos, mas só a partir de 1980 que esse conceito ganhou a conotação utilizada hoje amplamente. Para Gliessmann (2001), agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Já Altieri (2002) considera uma ciência emergente, que engloba conceitos de ecologia ao manejo de agrossistemas sustentáveis, sendo assim, uma base científica para uma agricultura sustentável.

Os debates agroecológicos partem das externalidades produzidas pela Revolução Verde, em 1950. Segundo Caporal (2008), as práticas e tecnologias implementadas por esse movimento agrícola, levaram a uma crise socioambiental sem precedentes na história. Assim, toda a abordagem agroecológica nasce como contraponto à concentração tecnológica, à produção mecanicista, à monocultura e à concentração de renda, produtos da Revolução Verde. Dessa forma, a agroecologia posiciona-se, principalmente, por intermédio de bandeiras ecológicas e sociais.

Essa agricultura sustentável, para Guzman (2002), é uma ciência em formação, composta de características transdisciplinares, integrando diversos conhecimentos, inclusive os tradicionais, validados por metodologias científicas. É dessa forma, conhecimento aplicado para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos, com respeito às características culturais, territoriais e à multidiversidade de experiências ligadas à agricultura.

Segundo Moreira, Jomalinis e Almeida (2021), o enfoque agroecológico de uma política pública ocorre quando ela está direcionada para a superação de desafios agrários, alimentares, ambientais, climáticos, sociais, econômicos e sanitários. Nesse ponto, compreende-se que a ação do Estado é central para a resolução de questões públicas, porém é importante destacar suas limitações, pois as políticas são construídas no marco de um Estado capitalista, patriarcal e racista. Assim, tais políticas tendem a engessar as mulheres ou a enquadrar suas ações e práticas em um modelo que exclui seus saberes e formas de produção, que são, no fundo, o que sustenta a vida. Portanto, é fundamental a ação e construção coletivas e auto-organização para além das estruturas da ação do Estado, protagonizada por movimentos e coletivos populares.

Segundo Grisa e Schneider (2015), podem ser identificadas três gerações, conforme Figura 2, para as políticas públicas ligadas à agricultura familiar. A primeira, centrada na conformação de um referencial de política pública agrícola e agrária. Impulsionadas pela emergência do sindicalismo rural e de novos movimentos sociais, pautaram críticas por políticas diferenciadas para o campo, além de legislação trabalhista que oferecesse cobertura aos agricultores. Nesse período, houve a criação da primeira política nacional, direcionada especificamente aos agricultores familiares, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

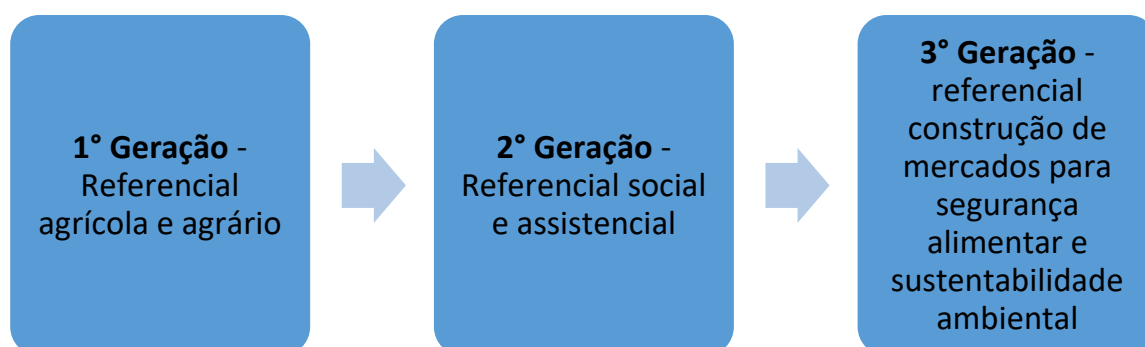


Figura 2 – Geração de Políticas Públicas para Agricultura Familiar

Fonte: Próprio Autor (2023)

Segundo Caporal (2012), o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – foi o primeiro instrumento de política pública no Brasil, direcionado especialmente à agricultura familiar; constituiu-se como um programa de nascimento operacionalizado por bancos públicos em parceria com o Governo Federal, com base em formas de pagamento e taxas de juros diferenciadas. A partir de 2003, com o início do Governo Lula, observa-se, na esfera federal, o aparecimento, particularmente no espaço de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas também do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre outros ministérios, programas e ações de políticas públicas que passam a incorporar, de diferentes formas, a promoção da agroecologia entre os seus objetivos.

Uma segunda geração de políticas, defendidas por Grisa e Schneider (2015), são as que tiveram foco na referência social e assistencial. Nesse ponto, compreendia-se que o Estado deveria corrigir as falhas impostas pelo mercado, notadamente atuando no combate à pobreza rural. Esta mudança teve início no Governo FHC, com o Programa Comunidade Solidária e se consolidou com o Programa Fome Zero, no Governo Lula. Posteriormente, já no governo Dilma Roussef, essas ações foram retomadas e potencializadas com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, seja com o incremento do Programa Bolsa Família, da criação do Brasil Carinhoso e do Programa Bolsa Verde, seja com ações que visam à inclusão socioprodutiva da população rural, inclusive com investimentos direcionados também a muitas comunidades quilombolas, presentes na faixa de miséria.

A última geração de políticas foi pautada na construção dos mercados para segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental. Essa fase coincide com um movimento mais geral de criação e reformulação de diferentes instrumentos de intervenção governamental, voltados especialmente à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. É justamente nesse período que é possível verificar uma retomada das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvidas pelo Governo Federal. A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão

Rural, lançada em 2004 e coordenada pelo MDA, passou a incorporar, em seus princípios e diretrizes, a referência à agroecologia e aos métodos participativos de extensão rural.

No início dos anos 2000, a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), desenvolveu um programa que visava atender a uma necessidade básica da população, água de beber. As primeiras iniciativas, implementadas pela ASA para construção de cisternas, foram apoiadas pelo Governo Federal e tornam-se O Programa Um Milhão de Cisternas, conforme retratado na Foto 1. Segundo P1MC (2023), o objetivo desse programa é o acesso à água de qualidade para comunidades do semiárido brasileiro, por intermédio de armazenamento de água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa. Essa iniciativa possui uma metodologia de trabalho com intensa participação e mobilização das famílias beneficiadas; participação social e comunitária esteve prevista em todas as etapas de execução do programa. Durante tal processo, virou uma política de governo e passou a ter recursos previstos no Orçamento Geral da União. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) reconhece e legitima as cisternas do P1MC como elemento de segurança hídrica e alimentar. A partir de 2011, o projeto das cisternas é incorporado ao Programa Água para todos, com metas mais ousadas, para que fosse erradicada a falta de água.



Foto 1 – Cisterna do Programa Um Milhão de Cisternas
Fonte: P1MC (2023)

Para Feiden (2005), para construção de sistemas agroecológicos não existem receitas prontas, mas alguns caminhos que podem ser seguidos pelos camponeses.

São eles: a redução da dependência de insumos comerciais; utilização de recursos renováveis, disponíveis nos territórios produtivos; introdução de espécies que criam diversidade funcional no sistema; desenhos de sistemas adaptados às condições locais; otimização da produção, sem ultrapassar a capacidade produtiva de ecossistema original e resgate da diversidade local, em conjunto com o conhecimento e cultura.

Para que esses sistemas sejam realidade, a participação do poder público é fundamental, a partir de suas políticas. Para Caporal e Petersen (2012), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, implementada em 2003, é um exemplo de ação governamental, com base agroecológica, implementada para acompanhamento e orientação de agricultores familiares, no intuito de promover a agricultura sustentável. Assim também é o Programa de Aquisição de Alimentos que incentiva o cultivo e comercialização de alimentos pelas famílias agrícolas, com bases orgânicas e agroecológicas, fortalecendo as redes locais de agricultores (Gonçalves, 2017). São iniciativas, como essas, que favorecem o desenvolvimento de comunidades agrícolas, firmadas nos princípios sustentáveis, tão relevantes para nossa sociedade.

A penetração das “ideias agroecológicas” no espaço governamental não se restringiu, no entanto, ao poder Executivo, às políticas de fortalecimento da agricultura familiar ou aos órgãos de pesquisa e extensão. A centralidade atribuída, sobretudo no primeiro Governo Lula, à questão da fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional, motivando a reinstalação, ainda em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ampliou as possibilidades de articulação prática e discursiva entre “o fortalecimento da agricultura familiar”, “o direito a uma alimentação saudável e adequada” e a agroecologia (Caporal, 2012).

A criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, possibilitou, nesse sentido, um salto de qualidade, ao institucionalizar, com a criação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), uma arena própria para o diálogo em torno do tema. Bandeiras como a agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a agroecologia, o desenvolvimento territorial e a educação do campo foram se consolidando, repercutindo e se sucedendo por meio de articulações em vários níveis, entre esses

diferentes agentes situados de um e/ou de outro lado da suposta “fronteira” estado/sociedade civil.

As diretrizes da PNAPO estão relacionadas com a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional; oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica livre de contaminantes; promoção do uso sustentável de recursos naturais; conservação de ecossistemas naturais, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas que reduzam a emissão de poluentes no meio ambiente; promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental; valorização da agrobiodiversidade; ampliação da participação da juventude rural na produção de base agroecológica; contribuição na promoção da desigualdade de gênero, com ações que promovam a autonomia econômica das mulheres (Brasil, 2012).

3. MATERIAL E MÉTODOS

No capítulo anterior, foram apresentados pressupostos teóricos que englobam conceitos de políticas públicas, agroecologia e comunidades quilombolas, informações relevantes para a proposição da metodologia de pesquisa, pois o tipo da abordagem utilizada, os procedimentos e as técnicas de análise de dados devem estar integrados aos seus conceitos teóricos norteadores. Assim, neste capítulo, serão expostos os métodos e as técnicas que foram utilizados para a análise do problema e o alcance dos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA

O método geral de abordagem que foi utilizado nesta pesquisa é o dedutivo, partindo do geral até o particular. “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (GIL, 2008, p. 9). Neste caso, fundamentado

no referencial teórico apresentado neste trabalho, foi realizado um estudo nas comunidades quilombolas do Município de Campo Formoso-BA.

Como meio técnico de investigação, foi utilizado o método observacional, muito utilizado no campo das ciências sociais. Nesse caso, o pesquisador apenas observa algo que está acontecendo ou já aconteceu. Essa pesquisa é de campo, uma vez que coletou os dados no ambiente natural, caracterizando-se como uma pesquisa social que estudou as políticas públicas na realidade dos quilombolas, com a entrega de um produto final, no qual serão expostas as políticas implementadas e agenda para novas ações.

A pesquisa é descritiva, na perspectiva dos seus objetivos, já que documentos foram registrados, analisados e interpretados, sem a interferência do pesquisador. Como forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa, pois esta tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador manteve contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões foram estudadas no ambiente em que elas se apresentaram, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (Prodanov e Freitas, 2013). Os dados e informações das comunidades quilombolas e as políticas públicas agroecológicas, presentes nesses territórios, foram alvos dessa abordagem metodológica.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa integrou elementos de um estudo de campo, pois utilizou instrumentos que permitiram observar o grupo, de modo a captar suas explicações e interpretações sobre o desenvolvimento dos quilombos e suas interações com a agroecologia. Para a coleta de dados, foram escolhidas a observação simples e a entrevista semiestruturada, aliadas à pesquisa bibliográfica e documental. Para análise dos dados, foram utilizados Método de Análise de Redes Sociais e Método de Análise de Conteúdo. Todos esses caminhos foram utilizados para captação dos dados e análise, das relações em rede dos diversos atores ligados ao desenvolvimento das comunidades tradicionais em estudo, assim como ao processo de implantação de políticas agroecológicas nesses territórios.

Conforme está disposto no quadro 1, foram três etapas na aplicação da metodologia, a partir dos procedimentos técnicos. Na primeira, os diretores do SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Campo Formoso) foram entrevistados e uns documentos analisados para determinação das políticas públicas que chegaram às comunidades quilombolas de Campo Formoso. Na segunda etapa, a análise de conteúdo foi aplicada para a verificação da existência ou não do enfoque agroecológico nas políticas indicadas pelo sindicato. E na última, a utilização da Análise de Redes Sociais permitiu um estudo da percepção das comunidades quilombolas, quanto às políticas públicas, com viés agroecológico, que elas receberam; avaliação de resultados, proposição de novas ações e descrição dos possíveis impactos no desenvolvimento, como exercício de liberdade, desses povos tradicionais.

ETAPAS	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	OBJETIVO	DATAS DE REALIZAÇÃO
1°	<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevista semiestruturada; ● Análise Documental; ● Pesquisa Bibliográfica; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das políticas públicas que chegaram as comunidades quilombolas de Campo Formoso. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Janeiro/22 até março/22.
2°	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise de Conteúdo; ● Pesquisa Bibliográfica; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificação do enfoque agroecológico das políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Abril/22 até julho/22.
3°	<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevista semiestruturada; ● Observação; ● Análise de Redes Sociais; ● Pesquisa Bibliográfica; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise da percepção das comunidades quilombolas de Campo Formoso sobre as políticas públicas recebidas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Agosto/22 até novembro de 2022.

Quadro 1 – Etapas Metodológicas

Fonte: Próprio autor (2023)

O método de Análise de Redes Sociais, segundo Duarte (2012), é uma ferramenta de investigação da interação entre diferentes atores, dentro de um determinado território. Outras fontes de pesquisa e de coleta de dados, também foram utilizadas, tais como: a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Segundo Cereja (2006, p. 120), a Análise de Redes Sociais tem sido utilizada no estudo das “relações entre entidades sociais e padrões e implicações destas relações, por considerar que o ambiente social pode ser expresso através de padrões ou regularidade. Esses padrões e regularidade são chamados de Estruturas”.

Assim, a utilização desse método, nesta tese, é importante para a compreensão das relações das comunidades quilombolas, entre si, e com organismos governamentais responsáveis por políticas públicas agroecológicas; e ainda, suas implicações para o desenvolvimento territorial. Esse também é o método que está alinhado com as proposições do Doutorado Profissional, pois segundo Silva *et al.* (2006), esta metodologia permite que a interdisciplinaridade seja uma condição imprescindível na análise, uma vez que exigirá, do pesquisador, uma atenção mais apurada na análise dos seus dados, bem como a ajuda de diferentes áreas do conhecimento para uma melhor interpretação deles.

A Análise de Conteúdo é uma ferramenta complementar que foi utilizada para análise de documentos coletados. Ela é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que se relacionam com campos de análise de domínio linguístico, métodos lógicos estéticos e formais, métodos lógicos semânticos, métodos semânticos, estruturais e hermenêuticos (Bardin, 2004). Com essa ferramenta de análise, foram estruturados procedimentos sistemáticos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens, permitindo, dessa forma, a inferência de conhecimentos sobre os documentos avaliados. Esta ferramenta foi utilizada, nesta tese, para a análise das entrevistas com os diretores sindicais e do conteúdo documental selecionado para identificação das políticas públicas agroecológicas, implementadas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso.

A Análise de Conteúdo é empírica, não podendo ser desenvolvida a partir de um modelo exato. Para sua operacionalização, inicia-se com um conhecimento profundo da literatura, organizando-se as ideias, explorando o material a ser utilizado, selecionando-o e aplicando-lhe as regras previamente estabelecidas, para depois

realizar a análise dos resultados encontrados (Bardin, 2004). A técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin, em conjunto com a literatura especializada sobre políticas públicas, agroecologia e comunidades quilombolas serão a base da interpretação das informações observadas em alguns dos documentos, principalmente aqueles que serão coletados junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa foi desenvolvida nas comunidades quilombolas do Município de Campo Formoso, atendidas pelo Sintraf, situado no Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE (2010), o município possui 66.616 habitantes e está situado no Piemonte Norte do Itapicuru, com cerca de sete mil quilômetros de área territorial, sendo grande parte coberta pela caatinga e tabuleiros. O Sintraf é entidade responsável por implementar e acompanhar todas as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares de Campo Formoso, e as comunidades quilombolas encontram-se na sua respectiva área de atuação.

A agricultura familiar é a principal atividade das famílias que foram pesquisadas. “Os agroecossistemas familiares também representam traços compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável” (Finatto e Salamoni, 2008). Essa condição remete-nos à integração e inter-relação do campo de conhecimento da agroecologia com a prática destes camponeses. Essa é uma importante sintonia que ajudou na compreensão, por parte dos moradores, das questões propostas e das políticas públicas agroecológicas implantadas e necessárias para o desenvolvimento sustentável desses territórios.

3.4 COLETA DE DADOS

O Sintraf é responsável por executar e acompanhar todas as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares de Campo Formoso; essas estão registradas em relatórios técnicos e documentos internos da entidade, como atas. Foram solicitados, ao sindicato, esses documentos; os diretores sindicais também foram entrevistados, por meio de questionários semiestruturados. As entrevistas também foram a base de análise de conteúdo aplicado na identificação das políticas agroecológicas.

A partir das informações coletadas aos diretores sindicais, as políticas públicas com enfoque agroecológico, implementadas nas comunidades quilombolas foram identificadas. Para proporcionar um maior detalhamento sobre essas políticas, foram analisados também documentos públicos que registraram e caracterizaram todas as ações implementadas e os resultados registrados pelos órgãos governamentais. Para acessar essas informações, foram utilizados banco de dados do Governo do Estado da Bahia e do Governo Federal.

Em um terceiro momento, foram feitas as visitas às comunidades para a execução das observações e entrevistas semiestruturadas. Foram visitadas de três a cinco famílias por comunidade; o que determinou a escolhas dos entrevistados foi justamente a participação nas ações desenvolvidas pelas políticas públicas agroecológicas. Todas as 21 comunidades quilombolas participaram da pesquisa, foram elas: São Tomé, Lagoa Branca, Poço da Pedra, Saquinho, Bebedouro, Pacuí, Buraco, Pedra, Patos 1, Patos 2, Patos 3, Lage dos Negros, Lage de Cima, Gameleira do Dida, Sangradouro 1, Sangradouro 2, Barrocas, Alagadiço, Casa Nova dos Ferreira, Casa Nova dos Marinos, Casa Nova dos Amaros; foram entrevistadas 95 pessoas, na sua maioria, mulheres, mães de família que acompanhavam todas as ações direcionadas à agricultura familiar. É importante ressaltar aqui, que o acolhimento recebido nessas comunidades foi muito relevante para o bom andamento das entrevistas e, conseqüentemente, para os resultados obtidos.

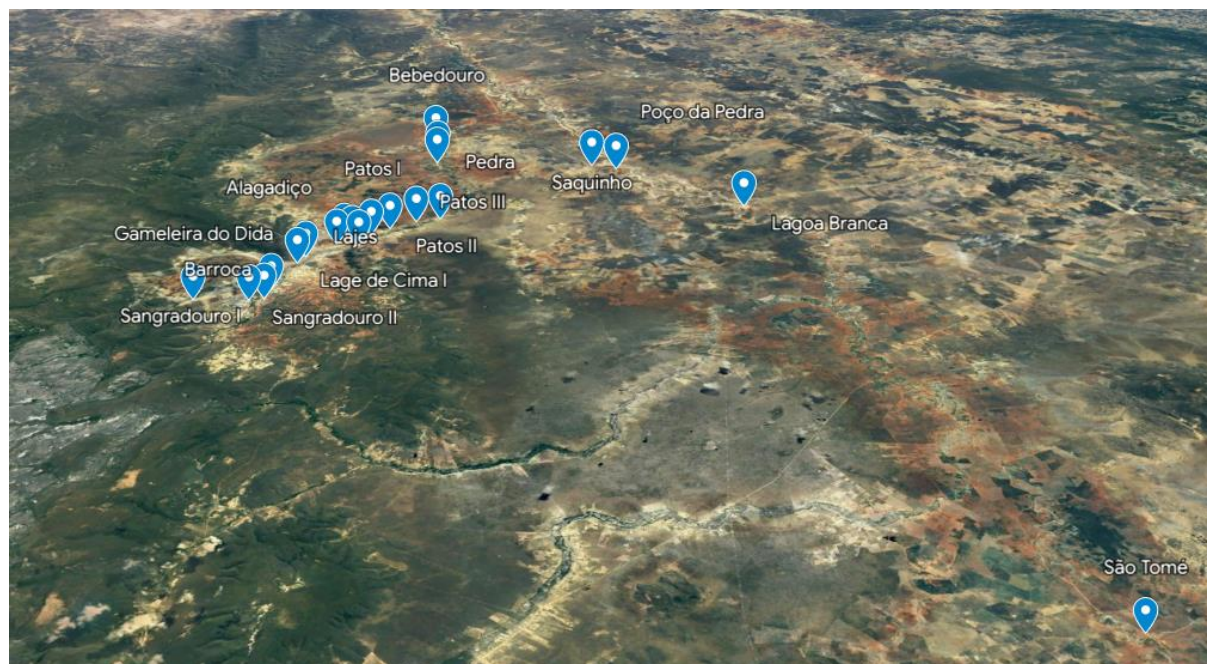


Figura 3 – Comunidades Quilombolas de Campo Formoso

Fonte: Próprio autor (2023)

Conforme está exposto na Figura 3, as comunidades quilombolas de Campo Formoso estão situadas em uma mesma região, todas são circunvizinhas, com exceção da comunidade de São Tomé. Esta disposição geográfica facilitou o trabalho logístico da execução das entrevistas e a otimização na coleta de dados.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Como já foram abordados, os dados coletados, a partir da documentação e entrevistas com o Sintraf, foram analisados com auxílio da técnica de Análise do Conteúdo. Segundo Bardin (2004), tal técnica caracteriza-se por possuir três etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos resultados. A primeira fase consiste na sistematização das ideias iniciais estabelecidas no referencial teórico e no material coletado para pesquisa. Essas ações estão vinculadas a uma leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de hipóteses, de objetivos e elaboração de indicadores. Na segunda fase do método, exploração do material; é o momento em que acontecem os recortes do texto, a codificação, categorização e classificação das informações, vinculando-se aos indicadores propostos e às teorias relacionadas ao estudo.

Não existe uma fórmula padronizada para construção das categorias, devendo estar sintonizadas à pesquisa, aos objetivos propostos e à interpretação do pesquisador. A última fase é o momento do tratamento dos resultados, inferência e

interpretação. A análise comparativa é realizada por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes. A técnica de Análise de conteúdo utiliza-se de aspectos quantitativos, como frequências e percentuais para seus resultados, mas propicia, também, largas possibilidades de uma análise qualitativa consistente. Para auxiliar na compilação dos dados foi utilizado um software livre, editor de planilhas, Calc.

Como já foi descrito, para esta pesquisa, a análise de conteúdo foi aplicada para confirmar o enfoque agroecológico das políticas públicas, implementadas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso. Essas políticas foram apontadas pelos diretores sindicais nas entrevistas semiestruturadas aplicadas ao Sintraf. Assim, para efetiva aplicação do método, foi proposta uma relação das políticas públicas apontadas pelo sindicato e desenvolvidas com os agricultores familiares das comunidades quilombolas de Campo Formoso, e as diretrizes de Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Com esta relação definida, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: **Segurança Alimentar e Nutricional (I)**, **Recursos Naturais (II)**, **Eossistemas Naturais (III)**, **Sistemas Justos (IV)**, **Agrobiodiversidade (V)**, **Juventude Rural (VI) e Mulheres (VII)**. A categoria Segurança Alimentar representa a diretriz vinculada à alimentação adequada e saudável, por meio de produtos orgânicos. Já a categoria Recursos Naturais está relacionada ao uso sustentável dos insumos dispostos no meio ambiente, de forma que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. A categoria Eossistemas Naturais versa sobre a conservação e recomposição de ecossistemas modificados com a adoção de métodos que reduzam os poluentes.

A categoria IV, Sistemas Justos, está em sintonia com a diretriz que prega o aperfeiçoamento das funções sociais, econômicas e ambientais, com base em sistemas sustentáveis de produção. Agrobiodiversidade, nesta análise, dá sustentação à diretriz que prima pelos estímulos às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, com atenção especial ao manejo de raças crioulas, locais e tradicionais. A penúltima categoria representa a diretriz que descreve a importância da ampliação da participação da juventude rural

na produção orgânica de base agroecológica. Já a última, está ligada aos programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

A contagem e identificação das unidades de registros, presentes nas entrevistas e nos documentos, foram feitas a partir do referencial bibliográfico de agroecologia e políticas públicas descritas nesta tese. Para pesquisa em questão, não é relevante saber quantas unidades de registro foram encontradas para cada categoria, mas, sim, somente identificar a presença, de pelo menos uma, das categorias nas políticas públicas indicadas pelo sindicato. Para as proposições do método, comprovariam o enfoque agroecológico das ações governamentais implementadas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso.

Já para os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas e na observação de campo, efetivados nas comunidades tradicionais, foi utilizada a técnica de Análise de Redes Sociais. De acordo com Cereja (2006), o processo de Análise de Rede Social (ARS) está dividido nas seguintes fases: Identificação do grupo de pessoas a ser analisado; organização das informações que vão direcionar a análise; clarificação dos objetivos e definição do escopo da análise; formulação das hipóteses e questões em torno do que se pretende com a análise; elaboração do questionário; abordagem aos indivíduos e entendimento dos contextos em que estão inseridos; uso do software de ARS para elaboração das redes e sua tipificação; avaliação do mapa resultante e direcionamento das ações e metodologias complementares para atingir os objetivos definidos anteriormente.

A partir da análise proposta por esse método, objetivou-se analisar a percepção dos agricultores locais a respeito das políticas públicas agroecológicas, o seu desenvolvimento e a necessidade de outros investimentos por meio de intervenções dos governos. Para aplicar a Análise de Redes Sociais, foram utilizados os programas Calc, componente de planilha do pacote de software Libreoffice e o Gephi 0.9.2, programa de exploração de gráficos de rede. Os dois são programas livres de licenciamento, disponíveis gratuitamente para download.

3.6 PRODUTO FINAL

Como produto desta caminhada, foi construído um E-book, com todos os resultados desta pesquisa. Ele será um portfólio de políticas públicas agroecológicas;

parte dessas já vivenciadas e outras que estão em sintonia com as demandas articuladas pelos quilombolas do nosso semiárido, formando assim uma agenda de ações que podem ser implementadas pelos governos, municipal, estadual e federal. Este produto pode ser vinculado em meio impresso ou eletrônico, facilitando, dessa forma, a divulgação e distribuição deste material.

Tanto as políticas públicas já recebidas quanto as que são necessárias, segundo as próprias famílias quilombolas, foram identificadas a partir da Análise de Redes Sociais, proposta nesta tese. Nas entrevistas aplicadas, as famílias puderam apontar aquelas ações assertivas para o fortalecimento do desenvolvimento das comunidades. Assim, o e-book é uma construção coletiva, a partir de muitos olhares e experiências vivenciadas durante as ações governamentais de investimento na agricultura familiar, com uma abordagem agroecológica. O objetivo é descrever e divulgar, não somente as ações governamentais que já foram aplicadas, mas também construir uma proposição de agenda de políticas públicas, baseada nos anseios dos quilombos, direcionado aos organismos estatais.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

A participação nesta pesquisa não infringiu as normas legais e éticas e os procedimentos adotados obedeceram aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução no. 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde; nenhum dos procedimentos usados ofereceu riscos à dignidade. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do IF Sertão Pernambuco, sob o número 4969992. A pesquisa apresentou riscos mínimos, já que poderia acontecer algum tipo de constrangimento, no entanto, foram tomadas medidas, a seguir descritas, buscando impedi-los. Os entrevistados receberam ou não o pesquisador para responder a entrevista semiestruturada, após consentimento prévio dado por telefone, ocasião em foi agendado dia, local e horário indicados pelo entrevistado, disponíveis para receber o pesquisador.

Ressalta-se que, mesmo após consentimento prévio, se algum entrevistado não tivesse condições de receber o pesquisador, tal recusa não traria qualquer problema ao entrevistado, pois não era intuito do pesquisador atrapalhar a rotina

pessoal e de trabalho, ou causar qualquer outro prejuízo ao bem-estar e privacidade do participante. Em relação à divulgação da identidade dos participantes ou constrangimentos posteriores ligados à divulgação dos resultados da pesquisa, todas as informações coletadas, neste estudo, são estritamente confidenciais; somente o pesquisador teve conhecimento da identidade do entrevistado e será mantido o sigilo ao publicar os seus resultados.

Em caso da percepção de qualquer risco ou danos significativos ao participante ou à instituição da pesquisa, um comunicado seria enviado ao Sistema CEP/CONEP, para avaliar a necessidade de adequação ou suspensão do estudo, visando à minimização e proteção do participante, mas não houve necessidade.

Foram adotadas as seguintes medidas, providências e cautelas para os riscos e danos como forma de mitigação: minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, até em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico financeiro; assegurar que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades e garantir a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

O participante teria direito à assistência gratuita, imediata, integral e pelo tempo necessário, em caso de dano decorrente da participação na pesquisa e ressarcimento de eventuais despesas de participação. O entrevistado não teve nenhum benefício direto, entretanto, espera-se que este estudo traga informações importantes quanto ao desenvolvimento das comunidades quilombolas e a relação com as políticas agroecológicas; isso de forma que o conhecimento construído, a partir desta pesquisa, possa se estender a outros atores sociais, trazendo benefícios também para outros municípios da região, em que o pesquisador comprometeu-se a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas.

Considerando também o período pandêmico que Brasil passou, foram tomadas medidas de segurança e saúde, tais como: distanciamento mínimo entre o

pesquisador e os participantes, higienização das mãos, uso de álcool em gel e de máscaras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aqui serão apresentados os resultados desta pesquisa, realizada nas comunidades quilombolas de Campo Formoso-BA e algumas reflexões sobre os dados analisados. Primeiro, serão expostas as políticas públicas agroecológicas identificadas a partir da metodologia proposta. Depois, algumas ações destas políticas serão também apresentadas, com um maior detalhamento. E por último, será revelada uma análise de rede, a partir da visão das famílias entrevistadas, com foco na avaliação do desenvolvimento das comunidades tradicionais a partir das políticas, com enfoque agroecológico.

4.1 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CAMPO FORMOSO RECEBERAM POLÍTICAS AGROECOLÓGICAS?

O primeiro passo desta pesquisa foi a identificação das políticas públicas agroecológicas que alcançaram o público-alvo desta tese. Para tanto, foram executadas entrevistas, junto aos diretores do Sindicato dos Agricultores familiares de Campo Formoso, pesquisa documental em arquivos do Sintraf e análise de conteúdo. Como resultado dessa abordagem, foi detectado que o ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) Quilombola e o Programa Pró-Semiárido, do Governo do Estado da Bahia, e o Programa de Cisternas, criado pela Articulação Semiárido Brasileiro, financiado e ampliado pelo Governo Federal, foram os únicos que direcionaram políticas agroecológicas para os territórios em estudo.

Em uma segunda etapa metodológica, a técnica de análise de conteúdo foi aplicada às respostas das entrevistas com os diretores sindicais e aos documentos encontrados sobre as políticas públicas, indicadas pelos representantes do Sintraf, com o intuito de verificar o enfoque agroecológico destas. A partir do Quadro 2, pode-se visualizar as políticas públicas com abordagem agroecológica, desencadeadas por essas ações governamentais. A técnica de análise de conteúdo utilizada permitiu detectar essa relação, a partir das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; essas foram transformadas nas seguintes categorias: Segurança Alimentar e Nutricional (I), Recursos Naturais (II), Ecossistemas Naturais (III), Sistemas Justos (IV), Agrobiodiversidade (V), Juventude Rural (VI) e Mulheres (VII). As principais ações executadas, nesses programas, foram analisadas e categorizadas com base nas informações bibliográficas, nas entrevistas e nos relatórios técnicos investigados e nos direcionamentos das ferramentas metodológicas.

Políticas	Ações	Categorias
ATER	Quintais Produtivos	I, II e III
	Oficinas para Mulheres	VII
	Encontro Cultural	VI
	Canteiros Ecológicos	I, II e III
	Cisterna de Consumo	I e II
	Apriscos e Galinheiros	I e V
	Qualificação de Manejo	II e III
	Acompanhamento Técnico	I, II e III

Pró-semiárido	Cisterna de Consumo	I e II
	Cisterna de Produção	I e II
	Canteiros Ecológicos	I, II e III
	Quintais Produtivos	I, II e III
	Fogão Agroecológico	II e III
	Biodigestor	II e III
	Distribuição de sementes Crioulas	I, II e V
	Qualificação de Manejo	I, II e IV
	Acompanhamento Técnico	I, II e III
	Apriscos e Galinheiros	I e V
Projeto de Cisternas	Cisterna de Consumo	I e II
	Cisterna de Produção	I e II

Quadro 2 – Políticas Públicas/Análise de Conteúdo

Fonte: Próprio autor (2023)

Os resultados apontam que todas as políticas e suas respectivas ações, indicadas pelos diretores do Sintraf e corroboradas pelos registros encontrados, possuem enfoque agroecológico, pois todas as ações implementadas enquadram-se, no mínimo, em uma das categorias da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Percebe-se que algumas categorias estão mais presentes do que outras nas iniciativas desenvolvidas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso-BA. Segurança Alimentar e Nutricional e Recursos Naturais aparecem em mais da metade das ações elencadas dentro das políticas apresentadas.

Isso significa dizer que a maior parte das ações está ligada à alimentação saudável e ao uso sustentável de insumos; essas categorias são o coração da abordagem agroecológica. Produzir um alimento saudável com respeito e cuidado com o ecossistema é o cerne das produções orgânicas. Importante também ressaltar que essas políticas públicas são de transição para um sistema agroecológico pleno. Os agricultores passam por um processo adaptativo e educativo para os entendimentos das bases teóricas e práticas desse modelo. Como afirma Caporal (2012), o processo de transição agroecológico é adaptativo, e depende muito das circunstâncias sociais e econômicas para o alcance dos resultados propostos pela abordagem agroecológica. A proposição é que a sustentabilidade dos agrossistemas seja ampliada gradativamente, de acordo com o apoio de áreas do conhecimento científico e não científico, como os saberes das comunidades tradicionais.

Já as categorias Juventude Rural e Mulheres só foram relacionadas a duas ações de uma só política. Essa avaliação vai de encontro à análise exposta por Moreira, Jomalini e Almeida (2021), na qual eles afirmam que as políticas são construídas no marco de um Estado capitalista, patriarcal e racista, limitando ações dos governos que venham a priorizar a igualdade de gênero e a “oportunização” de espaços para juventude. Existem no escopo do ATER, Pró-semiárido e Projeto de Cisternas, elementos e características desses temas, mas na prática a implementação de tais ações ainda são muito limitadas, quase não aparecem nos dados analisados e nos relatos coletados pelas entrevistas aplicadas.

Outra categoria relevante, que aparece pouco nessas ações recebidas pelas comunidades quilombolas de Campo Formoso, é a de Ecossistemas Naturais, que trata da recomposição dos sistemas naturais impactados pela ação humana. Como a abordagem da agricultura familiar é local e em pequena escala, e os territórios, onde estão localizadas as comunidades, são áreas de caatinga com pouca intervenção do homem, talvez esse tenha sido o motivo para que essas ações tenham pouca relevância nas políticas públicas analisadas.

4.1.1 Políticas Agroecológicas - ATER

Uma das políticas agroecológicas identificadas, nesta tese, e recebidas pelas regiões quilombolas de Campo Formoso é o ATER Quilombola. Segundo Bahia (2016), esse ATER é produto de uma parceria entre a Secretária Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) e a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), intermediado pela Coordenação de Política para Comunidades Tradicionais (CPCT). As orientações para seleção, contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o fortalecimento de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), na agricultura familiar, seguem as diretrizes da Lei Estadual nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011. Essa caracteriza os serviços de ATER como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de pesquisa, gestão, produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários”, conforme Art. 2º, I, compreendendo-se, portanto, a ATER como um processo inserido no contexto do desenvolvimento rural sustentável.

A política Pública do ATER está alicerçada nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que são: desenvolvimento rural sustentável, com gestão adequada de recursos e conservação do meio ambiente; gratuidade nos serviços de assistência técnica e extensão rural; adoção de metodologia participativa; adoção de princípios da agricultura de base ecológica, contribuição para segurança, soberania alimentar e nutricional e equidade de gênero, raça e etnia. Fica evidente a relação desses princípios com abordagem agroecológica presente na literatura já apresentada neste trabalho.

Ao menos, três entidades trabalharam executando o ATER dentro das 21 comunidades, Cactus, Idesa e Feme; todas participaram de seleção por meio de editais públicos e ficaram responsáveis pela cobertura de parte desse território. São entidades diferentes, mas seguiram as mesmas bases teóricas preestabelecidas durante o processo seletivo. Questões como inclusão socioproductiva e sustentável das famílias, melhoria dos processos de diversificação da produção, aumento da produtividade, segurança alimentar e nutricional; e geração de tecnologias sustentáveis de matriz agroecológica, valorização da base dos saberes, práticas e costumes das comunidades, geração de trabalho e renda são norteadoras para o desenvolvimento dos trabalhos.

Para Bahia (2016), a metodologia para a ação dos serviços de ATER deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, o estímulo à promoção do desenvolvimento rural e a adaptação de tecnologias voltadas para a produção familiar em bases sustentáveis; isso numa relação dialética e dialógica com os agricultores e agricultoras familiares, partindo da problematização sobre os fatos da realidade.

4.1.2 Políticas Agroecológicas – Pró-semiárido

O Pró-semiárido é mais uma política, com enfoque agroecológico, identificada nesta pesquisa. Segundo Petersen *et al.* (2022), o Projeto Pró-semiárido — Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia — é uma política pública do governo do estado da Bahia executada, desde 2016, em comunidades rurais de 32 municípios, localizados em cinco territórios de identidade: Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Bacia do Jacuípe e Sisal. Os municípios selecionados para a execução do projeto foram aqueles que

apresentavam maior concentração de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza e os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este projeto é fruto de acordo de empréstimo do governo da Bahia com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU); o Projeto Pró-Semiárido é executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), em parceria com organizações da sociedade civil. Envolve mais de 70 mil famílias agricultoras de 780 comunidades rurais, distribuídas nos 32 municípios.

O objetivo geral do Projeto Pró-Semiárido é contribuir para a redução da pobreza rural de forma duradoura, por intermédio do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o desenvolvimento do capital humano e social. Para alcançar este objetivo, o projeto traçou alguns passos necessários que são: melhorar o desempenho das unidades familiares rurais, por meio da promoção de práticas produtivas que possam incrementar a produtividade agropecuária de maneira sustentável; apoiar e fortalecer as principais cadeias produtivas dos agricultores familiares; reforçar a gestão sustentável dos recursos naturais; apoiar a ampliação da renda familiar por meio da geração de novas oportunidades; estimular o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento organizativo da população atendida pelo Projeto e contribuir para a equidade de gênero e geração, priorizando a participação dos/as jovens e mulheres nos processos locais de desenvolvimento (Petersen *et al.*, 2022). Tais objetivos estão bem alinhados com o plano nacional de agroecologia, mas na prática algumas iniciativas acabam não acontecendo conforme planejado; essa discussão ficará para as seções seguintes.

Entre os investimentos, diretamente apoiados pelo projeto nas comunidades, estão canteiros econômicos para produção de hortaliças, cisternas e barreiros, aviários, equipamentos para apicultura e para o manejo de caprinos e ovinos, construção ou reforma de apriscos para caprinos e ovinos, aquisição de máquinas forrageiras e implantação de ensaios forrageiros. Segundo a nota metodológica do Projeto Pró-Semiárido, os investimentos objetivam a melhoria da produção de alimentos básicos nas unidades produtivas, o enriquecimento da dieta alimentar das

famílias, a valorização dos produtos tradicionais e a conservação de germoplasma local. Objetivam também apoiar o alcance de mercados a partir das potencialidades e oportunidades locais.

O projeto Pró-semiárido adota o método Lume como proposta metodológica de ação. O método foi empregado em diferentes contextos socioambientais no Brasil e no exterior, revelando grande versatilidade para explorar dimensões particulares do funcionamento econômico-ecológico da agricultura familiar, dando resposta a um leque variado de questões de interesse dos agentes envolvidos em programas de desenvolvimento rural. O Lume: análise econômico-ecológica de agroecossistemas foi desenvolvido pela associação de direito cível sem fins lucrativos AS-PTA, com o objetivo de apoiar processos e programas de desenvolvimento rural, ao dar visibilidade a relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção e de vida da agricultura familiar, ocultadas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional, bem como pelas estatísticas oficiais organizadas segundo essa teoria.

4.1.3 Projetos de Cisternas

A partir da década de 1990, organizações, como a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), elaboraram propostas de intervenção no semiárido, cujo foco era possibilitar o acesso à água para consumo humano durante períodos de estiagem ou seca. O modelo, arquitetado para a proposta, previa a utilização de uma tecnologia social de baixo custo e alto potencial de replicação para o armazenamento de água das chuvas: as cisternas de placa de cimento (Campo e Melo, 2014). As cisternas de placa são reservatórios com capacidade para armazenar 16 mil litros de água, conectados ao telhado da casa por meio de um sistema de calhas. No momento da chuva, a água captada do telhado é direcionada para a cisterna. Esses reservatórios cheios podem garantir o abastecimento de água própria, para o consumo humano, de uma família de até cinco pessoas, por um período de até oito meses.

É nesse momento que a ASA elabora o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), justamente com a proposta de construção de um milhão de cisternas para famílias do meio rural do semiárido brasileiro. A implantação de cisternas foi feita de forma dispersa e com baixa escala, até que, em 2003, a ação passou a fazer parte da política de segurança alimentar e nutricional do governo federal; constituiu-se numa

das ações do Programa Fome Zero, sob o comando da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O resultado desse empreendimento inicial foi a construção de mais de 329 mil cisternas para armazenamento de água, para consumo humano nas áreas rurais do semiárido brasileiro, além de mais de sete mil tecnologias para a produção de alimentos e criação de animais, fatos que estabeleceram os marcos para o desenvolvimento e implantação do Programa Água Para Todos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o governo federal assumiu o compromisso de superar a extrema pobreza no Brasil até 2014 (Castro e Melo, 2014). A meta definida para o período de 2011 a 2014 foi o atendimento de 750 mil famílias no semiárido brasileiro, que, naquele momento, representava um enorme desafio, visto que a estimativa de atendimento em quatro anos requereria dobrar as entregas de cisternas realizadas nos oito anos anteriores.

O Programa Cisternas visava implantar tecnologias sociais de acesso à água, envolvendo principalmente a captação de água de chuva, na perspectiva de dotar as famílias de uma solução de armazenamento de água, que permitisse sua utilização para o consumo humano e para a produção de alimentos. Tal ação se inseria em uma perspectiva mais ampla de garantia da segurança alimentar e nutricional e de geração de renda para famílias pobres, situadas na zona rural, com dificuldades de acesso à água potável e/ou com escassez hídrica.

Um diferencial desse projeto é o processo social de aprendizado sobre os meios de convivência com a seca; a cisterna de placas de alvenaria para captação e armazenamento de água de chuva e as demais tecnologias sociais de acesso à água são simples, de baixo custo e de fácil aplicação e apropriação pela comunidade. Toda a comunidade é mobilizada e as famílias participam de um processo de reflexão sobre a gestão da água, dentro das famílias e na própria comunidade.

Na construção das cisternas, a mão de obra geralmente é local, sendo que os próprios agricultores familiares são treinados para a construção da estrutura (P1MC, 2023). As atividades de mobilização e formação são parte integrante da metodologia, o que, dentre outros fatores, caracteriza as referidas tecnologias como tecnologias sociais, passíveis de serem implementadas a partir de ação direta das famílias ou

comunidades a serem atendidas, e não apenas como obras de engenharia. Essa metodologia participativa visa provocar o sentimento de conquista, de apropriação da tecnologia e de reconhecimento de sua cidadania. Isso é sinônimo de autonomia, é uma libertação para dependência dos carros-pipa, que muitas vezes fornecem água sem qualidade alguma e com alto teor de salinidade.

Dessa forma, quebra também os grilhões do clientelismo e do monopólio político exercido por muitas lideranças no semiárido brasileiro. É a superação de políticas públicas ineficazes, que só alimentaram a indústria da seca durante anos, sem, de nenhuma forma, mudar a realidade das famílias inseridas no contexto da seca. A eficácia das tecnologias implantadas depende do uso sustentável da água e da conscientização das famílias beneficiadas sobre os limites de armazenamento para o período de estiagem (Castro e Melo, 2014). Tendo em vista essas necessidades, a estrutura do Programa conta com processos de mobilização social e de capacitação para a gestão da água pelas famílias, cujo objetivo maior é perpetuar os ganhos sociais que o uso dessa tecnologia proporciona.

4.2 OBSERVANDO E REFLETINDO

Depois da identificação e caracterização das políticas públicas com enfoque agroecológico, foram realizadas visitas às comunidades quilombolas de Campo Formoso, conforme descrito no capítulo metodológico, para a observação e a execução de entrevistas com as famílias quilombolas. Nessa fase, ficou evidente a semelhança social, política e econômica de todas as comunidades, com exceção da comunidade de São Tomé, que fica em outro extremo do município, e de Lage dos Negros, pois possuem características distintas, principalmente em relação às estruturas de desenvolvimento urbano e organização social.

Essas duas comunidades funcionam como centro econômico e político de suas regiões. Boa parte das ruas dessas localidades é pavimentada e o comércio local é mais ativo do que os povoados que estão no seu entorno. Lage dos Negros e São Tomé funcionam como povoados satélites de duas grandes regiões de Campo Formoso, como exposto na Figura 4. Pelas observações realizadas, apesar dessas distinções quanto a alguns aspectos do desenvolvimento, no que tange às políticas públicas agroecológicas, a realidade é semelhante às demais comunidades

quilombolas desse município, por isso os resultados em rede, aqui apresentados, são similares.

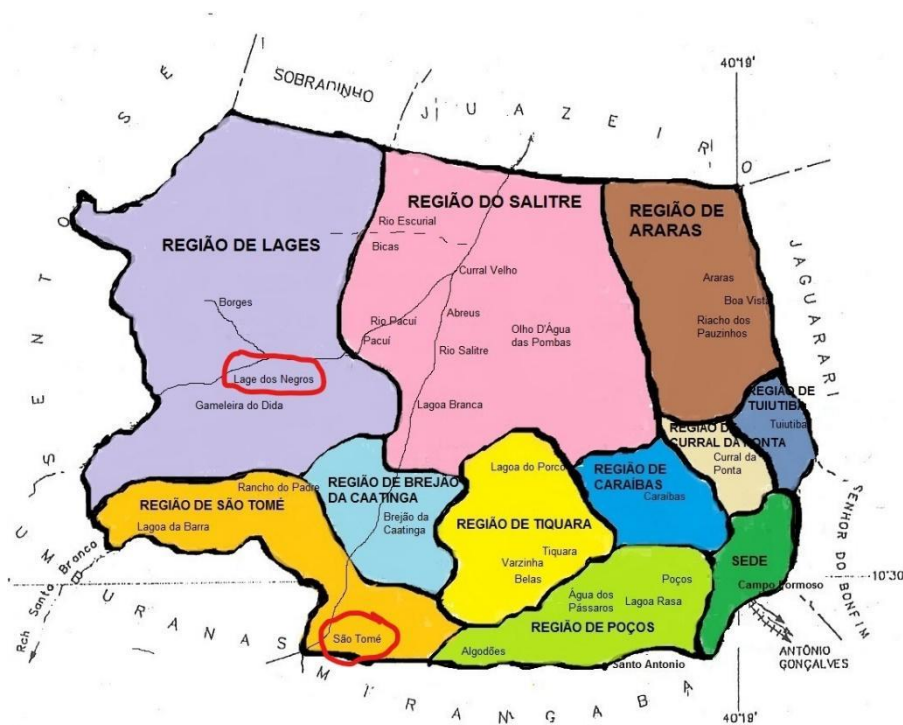


Figura 4 – Regiões de Campo Formoso
Autor: Ferreira (2017)

As comunidades Lagoa Branca, Poço da Pedra, Saquinho, Bebedouro, Pacuí, Buraco, Pedra, Patos 1, Patos 2, Patos 3, Lage dos Negros, Lage de Cima, Gameleira do Dida, Sangradouro 1, Sangradouro 2, Barrocas, Alagadiço, Casa Nova dos Ferreira, Casa Nova dos Marinós, Casa Nova dos Amáros são circunvizinhas, formando um conglomerado de povoados, em uma região denominada Região de Lages. Quem circula pelas comunidades, em muitas oportunidades, entra e sai dos povoados sem ao menos perceber que são comunidades diferentes. Pela observação simples aplicada, conforme disposto na Foto 2, ficou evidente a carência em aspectos como saneamento, abastecimento de água, habitação, infraestrutura urbana, entre os pilares básicos para sustentabilidade e desenvolvimento urbano.



Foto 2 – Observação de estruturas
Fonte: Próprio Autor (2023)

Nesse ponto, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que favoreçam a emancipação desse povo. A falta de saneamento básico, de água potável, obras de urbanização e organização social nos pequenos centros urbanos, são aspectos que expressam a ausência do Estado para essas famílias. Faltam políticas que permitam o desenvolvimento, como exercício da liberdade. Liberdade de se alimentar, de cultivar, de ter renda, acessar saúde de qualidade, cultura e lazer. Segundo Sen (2000), tal liberdade não está somente relacionada ao direito de exercer, mas também às condições do agente. O camponês pode ter direito de beber água potável, mas se não há acesso a essa água, como exercerá esse direito? O que tem sido feito para facilitar o desenvolvimento destas liberdades, nessas comunidades quilombolas? A ausência de políticas públicas adequadas pode estar contribuindo para exclusão social deste povo, já que essas percepções, citadas aqui e detectadas na observação de campo, estão diretamente relacionadas a intervenções de responsabilidade do Estado.

Segundo o IBGE (2020), a agricultura familiar é uma das atividades produtivas que sustentam a economia de Campo Formoso. As regiões de São Tomé e Lage são responsáveis por boa parte dessa produção agrícola. As principais atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades quilombolas, objetos deste estudo, estão relacionadas à agricultura familiar, à produção em pequena escala para subsistência, à comercialização local ou até, em alguns casos, regional. Esses elementos reforçam

a necessidade de políticas que deem sustentação a uma produção familiar organizada, emancipadora, sustentável e rentável, elementos que compõem as ações de base agroecológica.

É relevante ressaltar que as informações registradas pelo governo estadual e federal, na maioria das vezes, não consideram o comércio informal de produtos agrícolas. Feiras e vendas de produtos da agricultura familiar para outras cidades não são catalogadas nas estatísticas, pela ausência de registros legais e intensa presença de atravessadores. Frutas, verduras e sisal são alguns dos produtos que saem das regiões quilombolas e não entram nos registros governamentais, o que dificulta a construção de agenda de políticas públicas necessárias a população dessas localidades. Para Secchi (2017), a agenda de políticas públicas é justamente o conjunto de problemas considerados relevantes e que devem ser inseridos nos planejamentos governamentais, mas se não existem registros, essas problemáticas vinculadas às questões agropecuárias, não serão resolvidas de maneira adequada pelos governantes.

Foi nítida, nas visitas realizadas, a identificação das famílias que receberam políticas públicas com o enfoque agroecológico, o efeito dessas ações sobre a realidade dos agricultores familiares, conforme exposto nas Fotos 3 e 4. As estruturas produtivas presentes, a organização da produção familiar, conhecimento e as informações sobre manejos agroecológicos, que essas famílias já detêm, são frutos de um trabalho realizado por entidades não governamentais, mas a partir de editais públicos de seleção do Governo Estado e Governo Federal.

Entretanto, ficou evidente que o alcance dessas ações é limitado, dezenas de homens e mulheres, em sua grande maioria, trabalhadores rurais e chefes de famílias não tiveram a oportunidade de receber nenhuma dessas políticas. Segundo o Sintraf de Campo Formoso, estima-se que apenas 5% da população quilombola receberam os programas Pró-Semiárido e ATER Quilombola, e mais da metade recebeu o Programa de Cisternas; o número de famílias cobertas por cada edital ainda é muito pequeno. São dados assustadores, porque a maior parte dos agricultores está desassistida, vivendo em situação precária e de quase esquecimento por parte do poder público.

Para os agricultores familiares que receberam essas intervenções, existem bons resultados como já foi relatado, mas também são insuficientes para as necessidades. Para os demais, que são a maioria, é uma situação desesperadora, não ter nenhum suporte, nem referência ou orientação sobre uma produção agroecológica e organização sustentável, que permita promover o desenvolvimento por meio do exercício de suas liberdades. Nesta tese, ainda serão promovidas outras discussões sobre este ponto.



Foto 3 – Estruturas Produtivas I
Fonte: Próprio Autor (2023)



Foto 4 – Estruturas Produtivas II
Fonte: Próprio Autor (2023)

A satisfação com as políticas públicas agroecológicas, para aqueles que foram beneficiados, é evidente, pelas observações feitas. É claro que em níveis diferentes, pois cada experiência acaba sendo única, com a entidade que implementou, o técnico que orientou, a ação específica que recebeu, engajamento social gerado e o resultado obtido. No momento das entrevistas, muitos agricultores demonstravam uma esperança de que esta pesquisa fosse o elo necessário para o retorno dessas políticas, ou a expansão das ações que foram iniciadas anteriormente. Isso demonstra a necessidade da inserção de tais ações governamentais nas agendas dos governos municipal, estadual e federal.

Como as políticas agroecológicas implantadas não possuem um horizonte de continuidade, muitas foram ações isoladas, sem perspectivas de complementação ou expansão. Pode ser um aspecto ligado às rupturas de governos, pela sucessão de novos mandatos, que, às vezes, mesmo dentro das idênticas plataformas eleitorais, tomam caminhos diferentes e prioridades distintas. Assim não existe um compromisso contínuo com a abordagem agroecológica e suas possibilidades de gerar desenvolvimento para os agricultores. A agroecologia pressupõe um processo de transição, como já foi afirmado, que segundo Carporal (2008), é gradual, com orientação e acompanhamento de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico do agroecossistema. Essas políticas estudadas com enfoque agroecológico, nesta pesquisa, são as formas de viabilizar e sustentar a mudança para a nova agricultura, porém se não existe continuidade, há uma ruptura na transição necessária.

4.3 OUVINDO AS COMUNIDADES

A aplicação de entrevistas semiestruturadas foi o mecanismo proposto, por essa pesquisa, para captar a percepção das comunidades quilombolas quanto às políticas de cunho agroecológico e as suas possíveis implicações para o desenvolvimento dos agricultores familiares. Esse modelo de entrevista permitiu uma adequação de linguagem para apresentação das questões, já que algumas terminologias do campo agroecológico são incomuns nessas localidades. Assim, foram utilizadas questões norteadoras na entrevista.

4.3.1 Quais as políticas agroecológicas chegaram às comunidades quilombolas de Campo Formoso?

Para essa primeira questão, os entrevistados, de maneira geral, apontavam ações de base agroecológica que receberam, após terem feito outras subquestões, foi possível identificar a política que eles estavam se referindo. Mas para respeitar a integridade das respostas, a análise de rede, para esse primeiro bloco, foi feita a partir dos elementos mais presentes nos relatos das ações percebidas, como está exposto na Figura 5.

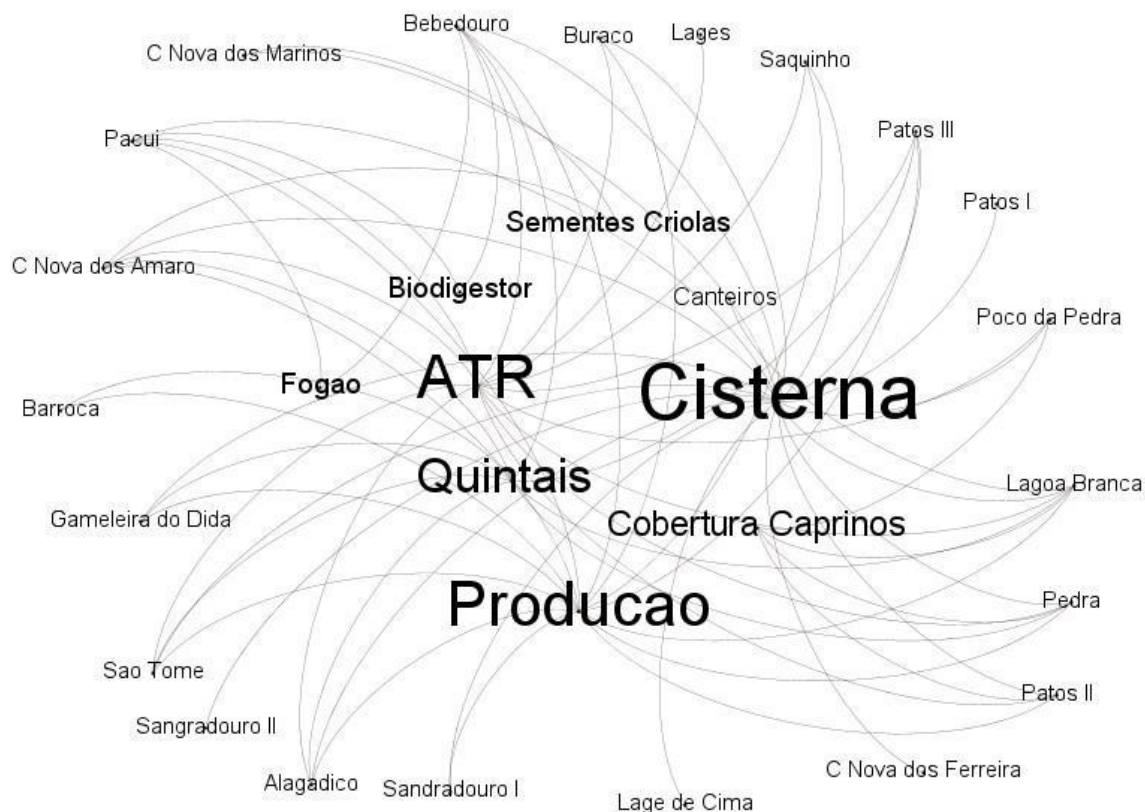


Figura 5 – Ações Agroecológicas implementadas nas comunidades quilombolas
Fonte: Próprio Autor (2023)

A palavra “Cisterna”, na Figura 1, representa as cisternas de consumo ou também chamadas de cisternas da primeira água. Foi uma tecnologia desenvolvida e difundida pela Articulação do Semiárido Brasileiro, como projeto de intervenção, para permitir que famílias nordestinas, espalhadas pelo semiárido, tivessem acesso à água de qualidade para consumo. Essa é uma ação bem presente, mais da metade das famílias já possuem essas cisternas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso e foi incorporada por outras políticas públicas, que sucederam o programa Um Milhão de Cisternas gerenciado pela ASA.

A cisterna de consumo foi a resposta mais presente nas entrevistas semiestruturadas, nesse bloco de identificação das políticas públicas. Quase todos os entrevistados foram contemplados com essa ação, somente duas famílias da comunidade de Buraco não receberam; as que foram contempladas, em sua maioria, foi por intermédio do programa da ASA. Na Figura 6, é possível visualizar essa disposição por meio da análise de rede.



Figura 6 – Cisternas de Consumo
Fonte: Próprio Autor (2023)

Essa cisterna da primeira água, segundo relatos dos diretores do Sintraf, é considerada como o primeiro passo na inserção das políticas para agricultura familiar. O acesso à água potável é um direito humano essencial, fundamental e universal, segundo a Resolução 64/1992 da Organização das Nações Unidas. Não tem como pensar em produção sustentável, se, antes, as famílias não tinham as condições mínimas para uma sobrevivência digna. E como essas comunidades, na sua maioria, não possuem sistemas de abastecimento de água, e quando têm, é uma água salobra, proveniente de poços artesianos sem nenhum tipo de tratamento, não existe outro caminho senão a cisterna de consumo, que permite o acesso à água da chuva.

Para Silva (2006), a água coletada pelas cisternas tem boa qualidade, comparada às demais fontes disponíveis em regiões semiáridas sem abastecimento de água tratada. O grande problema está no manejo do sistema de captação que pode gerar contaminação, por isso deve existir uma vertente educacional na implementação dos sistemas, para promoção de orientação e manutenção da água coletada da chuva. Em alguns casos, como os pesquisados por Morais (2018), na região semiárida de Sergipe, os resultados das análises físico-químicas das amostras de água coletadas das cisternas, tanto no período chuvoso como no seco, sinalizam a potabilidade da água para consumo humano.

Outra ação com bastante destaque nas respostas em rede, conforme Figura 7, foi a construção de cisternas de produção ou cisternas de segunda água. São tecnologias utilizadas para captação de água da chuva para produção de alimentos ou criação de animais. Nessas localidades, já é escasso a disponibilidade de água para consumo humano, para produção então, praticamente inexistente sistema de abastecimento. As cisternas de produção foram implantadas nas comunidades quilombolas de Campo Formoso, tanto pelo Programa Pró-semiárido quanto pelo ATER. O Pró-semiárido possui recursos próprios para implantação de diversos sistemas agroecológicos, já o ATER é um programa de acompanhamento técnico, que faz também uma articulação com outras entidades e órgãos públicos para possibilitar a chegada de investimentos às comunidades assistidas.



Figura 7 – Cisternas de Produção
Fonte: Próprio Autor (2023)

Como no semiárido as chuvas são pouco frequentes, mas intensas, em alguns períodos, esses sistemas de absorção de água das chuvas são indispensáveis para sobrevivência e para pequena produção agrícola. Segundo Ferreira *et al.* (2015), a implantação das cisternas de produção tem se constituído em importante instrumento para melhoria da dieta alimentar das famílias, uma vez que permite a perenização do consumo de frutas e hortaliças na alimentação e o fortalecimento dos laços de identidade das famílias, fundamentais para suas permanências na região.

As cisternas de produção, como demonstra a Foto 5, ficam instaladas próximas aos canteiros produtivos ou às áreas de plantio, para facilitar processos de irrigação por gravidade, principalmente por intermédio de mecanismos de gotejamento. Em 90% das entrevistas, foram verificadas *in loco* as instalações dessas tecnologias; os agricultores ficaram muitos satisfeitos em mostrar as conquistas dessas políticas públicas.



Foto 5 – Cisternas de Produção nas comunidades quilombolas
Fonte: Próprio Autor (2023)

A expressão ATR, presente na Figura 8, resultado da análise de rede, representa os serviços de assistência técnica que foram relatados pelos quilombolas, esses que são parte integrante de políticas públicas com enfoque agroecológico. Da mesma forma que a cisterna de produção, tais serviços estão presentes tanto no Programa Pró-semiárido quanto no ATER do Governo do Estado da Bahia. É uma orientação técnica para todas as fases do processo produtivo, inclusive com ações de organização social e cultural, como instrumento de empoderamento para mulheres e jovens. Esses programas geralmente têm duração de seis meses a um ano, podendo ser prorrogados, vai depender do andamento do número e das atividades; aproximadamente 900 pessoas foram contempladas no universo de 18 mil habitantes das regiões de estudo.



Figura 8 – Assistência Técnica
Fonte: Próprio Autor (2023)

Importante aqui salientar, que todas as ações implementadas pelas políticas analisadas, nesta pesquisa, aconteceram a partir de uma orientação técnica. Cada passo desses programas, projetos e políticas são dados a partir de acompanhamento e orientação profissional. A construção das cisternas de consumo e produção, por exemplo, são organizadas, preparadas e gerenciadas pelos técnicos agropecuários das entidades responsáveis pela execução. Sobre esse tema, é relevante destacar que são entidades privadas que estão na ponta da execução, pois os governos trabalham com editais públicos de seleção. Mesmo estando presente em todas as etapas das ações, a assistência técnica não foi lembrada da mesma forma que as cisternas pelos entrevistados, isso talvez aconteça pelo impacto de cada ação, o que ainda será apresentado em outra seção desta tese.

Os quintais produtivos, também presentes nos relatos dos agricultores que receberam políticas agroecológicas, foram implementados em cerca de metade das comunidades estudadas, de acordo com a Figura 9. Os quintais são espaços organizados nos fundos das casas para produção familiar. Segundo relatos dos diretores do Sintraf, eles são partes integrantes da propriedade da produção familiar, onde são produzidas plantas frutíferas, leguminosas e medicinais. Ficam localizados próximos as casas e funcionam na maioria das propriedades visitadas, em uma estrutura integrada às cisternas de produção, facilitando a logística de cultivo.

comunidades receberam tal ação pelo projeto Pró-semiárido. A construção desses apriscos é concebida dentro de uma proposta integrativa da agroecologia, em que resíduos desses espaços são utilizados para adubo de plantas e parte da colheita é direcionada à alimentação animal. Tudo isso para garantir também uma alimentação saudável e ampliação da renda por meio da diversidade da capacidade produtiva.



Figura 10 – Coberturas para animais
Fonte: Próprio Autor (2023)

O Fogão Agroecológico e Biodigestor são também realizações do Programa Pró-semiárido, que perpassam pelas bases agroecológicas. Mas somente duas, das vinte e uma comunidades quilombolas de Campo Formoso, foram contempladas com essas iniciativas, como está representado na Figura 11. Os fogões agroecológicos, segundo Amorim *et al.* (2016), é uma tecnologia de convivência com o Semiárido que contribui muito para melhorar a qualidade de vida das mulheres e tem contribuído para a preservação do bioma Caatinga, evitando o desmatamento, correlacionado a diminuição do uso acentuado da lenha. Já o biodigestor, segundo relatos dos diretores sindicais, é um sistema que trata matéria orgânica pela decomposição anaeróbica, produzindo biogás e fertilizantes, que podem ser reutilizados dentro das dinâmicas agroecológicas.



Figura 12 – Canteiros Ecológicos
Fonte: Próprio Autor (2023)

Conforme já foi exposto, as respostas coletadas a partir das entrevistas semiestruturadas nesta primeira seção, visavam identificar as políticas públicas agroecológicas que chegaram às comunidades quilombolas de Campo Formoso, na visão dos beneficiários. As ações recebidas foram analisadas em rede, e com outras informações já coletadas, foi possível confirmar que as políticas de cunho agroecológico recebidas foram: Programa Pró-semiárido, ATER Quilombola e Programa de Cisternas, confirmando os relatos dos diretores sindicais e os demais documentos previamente analisados.

4.3.2 O que mudou nas comunidades?

Na segunda seção das entrevistas, a intenção foi capturar os possíveis benefícios gerados pelas ações relatadas no bloco anterior, sendo que cada tecnologia, exposta pelas comunidades, foi relevante. Essas respostas passaram também por uma análise de rede, detalhada na Figura 13, para compreendermos as conexões dos programas com as comunidades estudadas. Partindo desses impactos gerados, pode-se compreender como as políticas públicas de enfoque agroecológico interferiram no desenvolvimento dos povos quilombolas de Campo Formoso.



Figura 13 – Benefícios percebidos
Fonte: Próprio Autor (2023)

A importância da adequação do instrumento de coleta de dados com os objetivos da pesquisa foi algo que já foi explicado dentro do capítulo metodológico. Mas, nessa fase dos resultados, é fundamental descrever o quanto foi relevante a junção das entrevistas semiestruturadas com a observação simples, porque muitas respostas não são somente expressas por palavras, mas também por expressões e gestos. Foi no aspecto do questionamento sobre a importância das políticas públicas, que ficaram mais evidentes essas respostas não expressas na fala ou na escrita.

A resposta mais presente nas comunidades, no que tange aos benefícios recebidos e as mudanças para as famílias, conforme Figura 14, foi “Água de Qualidade”. Em consonância com a construção das cisternas de consumo, item mais citado no bloco anterior, estão os relatos de que o grande benefício das políticas agroecológicas foi a chegada de água boa para o consumo humano, principalmente para beber e cozinhar. No momento dessas respostas, os olhos das mães de família brilhavam, o sorriso ficava estampado e algumas expressões dominavam o ambiente, “mudou a minha vida”, “eu não tinha como juntar água”, “nossa valência é essa

cisterna”, “antes o sofrimento de água era demais”, “eu tinha que buscar água suja lá na cacimba”.



Figura 14 – Água de Qualidade
Fonte: Próprio Autor (2023)

A satisfação com a conquista das cisternas de consumo é evidente, até os entrevistados perguntaram quando chegariam mais cisternas, porque seus filhos, que agora estão casados, morando em suas próprias casas, também queriam receber esse benefício. A água limpa é um direito humano, não tem como gozar plenamente da vida e de suas liberdades, se o agricultor não tem acesso a um elemento básico de sobrevivência. Ter acesso à água limpa é saúde, dignidade é poder viver com qualidade.

Na trilha das cisternas, conforme Figura 15, também foi encontrada uma correlação entre as cisternas de produção e o possível benefício gerado, “Alimento para Consumo”. Como essa tecnologia é direcionada para permitir que não falte recurso hídrico para pequenas plantações familiares, as comunidades começaram a produzir seu próprio alimento. Frutas, hortaliças, verduras, itens que antes deveriam ser comprados na feira, agora eles cultivam no próprio quintal, com qualidade e manejo agroecológico garantido. Mas nesse aspecto, não é só a cisterna de produção, a assistência técnica com as orientações de produção sustentável também dá o tom da produção familiar.



Figura 15 – Alimentos para consumo
Fonte: Próprio Autor (2013)

As estruturas construídas para abrigo de animais, como caprinos e galinhas, também permitiram um incremento alimentar, com carne e ovos; as cisternas de produção são utilizadas também para dar água a esses animais. Da mesma forma que todos têm direito a água, também as suas refeições diárias. Importante reforçar, não tem como pensar em qualquer outro tipo de liberdade se não há comida, se não há água. A água é um elemento básico para a vida, conseqüentemente, para produção de alimentos, por isso as cisternas de produção permitiram que o prato de cada família fosse incrementado e, em alguns casos, possibilitou um alimento que não existia.

Outra conquista relatada foi a qualificação dos métodos de produção (verificar a Figura 16). O acompanhamento técnico dos serviços de ATER, os seminários, formações e aulas de campo, que aconteciam nos próprios quintais, potencializaram a capacidade produtiva das famílias. A substituição de agrotóxicos por controle de pragas e adubos naturais gerou um salto de qualidade na produção, que agora orgânica ou agroecológica, é mais saudável para as famílias e agrega mais valor para o processo de comercialização. Foram encontrados também alguns relatos de trabalhos indesejáveis de assistência técnica, mas isso será tratado em outra seção, que versará sobre pontos de melhoria para as políticas públicas.



Figura 16 – Qualificação de Métodos
Fonte: Próprio Autor

A melhoria dos métodos de manejo empodera os agricultores e agricultoras; primeiro, em direção à garantia de uma sobrevivência sustentável; depois, para um ganho de produtividade e qualidade dos alimentos cultivados. Isso gera liberdade para não depender de um sistema capitalista que monopoliza insumos de produção, tóxicos e reservados àqueles que podem pagar o preço de “mercado”. As tecnologias sociais, ensinadas e compartilhadas nesses processos formativos, garantem uma autonomia à gestão dos processos produtivos. A base nacional dos sistemas de assistência técnica rural, segundo Bahia (2016), tem caráter educativo, formativo, com ênfase na prática, promove a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, o estímulo à promoção do desenvolvimento rural e a adaptação de tecnologias voltadas para a produção familiar em bases sustentáveis.

Cerca de 25% dos entrevistados sinalizaram, nas entrevistas, que a “Geração de Renda”, conforme figura 17, foi um benefício alcançado pelas políticas públicas agroecológicas. Nessas localidades, a produção, além de servir para alimentar as famílias, corroborou para o acréscimo da renda, ou para a possibilidade de uma renda que nunca existiu. Tanto a produção de alimentos quanto a criação de animais possibilitaram o início de um processo de comercialização, que, em alguns lugares perdurou, e, em outros, foi só no momento que estavam sob acompanhamento dos programas governamentais.



Figura 17 - Geração de Renda
Fonte: Próprio Autor (2023)

A liberdade financeira, proporcionada pela geração de renda, é uma das estações que a agroecologia também pode levar. Na maioria das comunidades quilombolas de Campo Formoso, existe uma escassez muito grande de atividades produtivas. Em regiões centrais, como Lages dos Negros e São Tomé, ainda se encontram estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço. Mas a população restante depende de programas de transferência de renda, como Bolsa Família e das atividades do campo. Quando o trabalhador rural não consegue produzir na sua própria terra, acaba prestando dias de serviço para os grandes produtores latifundiários, em trabalhos que, em alguns casos, beiram a regimes de escravidão.

A autonomia e a liberdade, geradas a partir da renda adquirida na produção familiar, são indispensáveis para o desenvolvimento dessas famílias. Os registros, nas entrevistas, sobre geração de renda ficaram limitados a menor parte dos participantes, mas, para esses, cada unidade monetária valeu a pena. Hoje eles planejam ampliar sua produção, buscar novos mercados para além das feiras livres. Falta-lhes organização, mas já existe esse desejo de novas conquistas, só precisam de suporte para seguir em frente.

Por último, em uma escala bem menor, conforme a Figura 18, alguns entrevistados indicaram que as políticas recebidas fortaleceram o comércio interno nas comunidades, principalmente na oferta de produtos com base agroecológica nas

não há o objetivo de avaliar a cobertura dessas ações, mas, sim, como interferem no desenvolvimento das comunidades quilombolas.

4.3.3 Quais foram os pontos negativos das políticas agroecológicas?

No momento de apontar as falhas das políticas recebidas, houve uma divisão quase que proporcional dos pontos negativos registrados; cada item de melhoria foi destacado por cerca de 20% a 30% das comunidades quilombolas, conforme está registrado na Figura 19. Por mais que as políticas públicas agroecológicas tenham gerado impactos positivos para região quilombola em estudo, críticas também foram expostas pelos agricultores; às vezes a mesma ação chegou de forma diferente para cada povoado. Como os órgãos governamentais trabalham com regime de editais públicos, nem sempre é a mesma entidade que realiza a execução dos trabalhos, e mesmo quando uma só organização é contemplada para gerenciar as atividades no município, ainda assim existem disparidades nas equipes técnicas e na gestão dos recursos.



Figura 19 – Pontos Negativos
Fonte: Próprio autor (2023)

Nas entrevistas das comunidades de São Tomé, Poço da Pedra, Casa Nova dos Ferreira, Patos I, Casa Nova dos Amaros e Bebedouro, conforme Figura 20, foi

pontuado que, dentro das políticas recebidas, existem muitas informações e orientações sobre manejo, cultivo, insumos de produção, mas falta direcionamento para as questões ligadas à comercialização; as famílias, quando começam a produzir em maior volume, ultrapassando sua necessidade de consumo, procuram mecanismos para gerar renda. Porém sem a organização devida, a estrutura e o acompanhamento dos técnicos não conseguem superar o arsenal dos grandes produtores. Por isso, para essas famílias, o suporte para comercialização de produtos da agricultura familiar foi deficitário, tanto do Programa Pró-semiárido quanto do ATER Quilombola, pois esses elementos deveriam ter relevância na execução desses programas.



Figura 20 – Falha na Comercialização
Fonte: Próprio Autor

A constituição de cooperativas, por exemplo, cria soluções para os agricultores familiares, um caminho para manter o campo, produzir e vender seus produtos, bem como criar canais de comercialização (Wiese, Gallardo e Bovo, 2020). Esse caminho da organização social, por meio de associações produtivas e cooperativas, pode ainda contribuir para o acesso a programas governamentais de compra de produtos agrícolas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por isso, é importante frisar, quanto mais forte é a organização social local, mais fácil é acessar políticas públicas.

Se as políticas públicas agroecológicas não forem capazes de fomentar o comércio para as famílias contempladas, as ações serão limitadas à sobrevivência, sem geração de renda. Assim, o exercício pleno das liberdades humanas estará comprometido e, conseqüentemente, o desenvolvimento das comunidades quilombolas também será afetado.

A baixa disponibilidade de recursos para que os agricultores invistam nas produções agroecológicas, sejam por financiamentos ou fomentos diretos do Estado, foi mais um dos pontos negativos levantados em desfavor das políticas recebidas, conforme Figura 21. Os investimentos coletivos e individuais, efetuados dentro das ações de cada política específica, são importantes para o andamento dos projetos, mas insuficientes para continuidade do processo de transição agroecológica.



Figura 21 – Falta de Recursos
Fonte: Próprio autor (2023)

As próprias instituições financeiras que possuem linhas específicas para investimento no campo, com direcionamento de recursos para culturas orgânicas e agroecológicas, ainda não priorizam, de maneira devida, os agricultores familiares. Para Brasil (2013), os recursos aplicados ainda são poucos e o sistema financeiro ainda não absorveu as particularidades desses sistemas produtivos. Outro fator, apresentado pelo autor, é que a capacidade para elaboração de projetos de financiamento destinados à produção orgânica ou de base agroecológica ainda é limitada, seja por agentes públicos ou privados.

Mais participação comunitária para o alcance de resultados melhores, das políticas de enfoque agroecológico, foi um reclame dos entrevistados de cinco comunidades quilombolas de Campo Formoso, conforme disposto na Figura 23, inclusive da organizada Lagoa Branca. As políticas públicas aqui analisadas usam metodologias participativas com interações coletivas. Até a gestão dos recursos aplicados nas etapas do Pró-semiárido é feita pelas associações comunitárias, com acompanhamento dos órgãos de assessoramento e controle. Sendo assim, a interação e integração das famílias são indispensáveis para o entendimento e bom andamento das ações programadas.



Figura 23 – Participação da Comunidade
Fonte: Próprio Autor (2013)

Os entrevistados da comunidade de Lagoa Branca, apesar de reconhecerem que muitas conquistas, dentro do Programa Pró-semiárido, só aconteceram por conta da participação coletiva e da representatividade da associação, afirmaram que faltou um planejamento comunitário para determinadas ações e que o projeto poderia ter avançado se houvesse o engajamento de todos. Já as demais comunidades foram contundentes em afirmar que muitas famílias não se interessaram nas discussões coletivas, somente estavam em busca de ganhos individuais. Segundo um dos entrevistados: “Se marca uma reunião para distribuir algo, tá todo mundo lá, mas se chama para discutir um problema ninguém quer, aí fica difícil”.

Desse modo, os processos formativos e educativos são tão importantes, não só para vivenciar esses programas de governo, mas, sim, para fortalecer a emancipação do indivíduo. Para Ambrosini (2012), a emancipação humana está

ligada aos interesses coletivos que implicam na superação do individualismo, alicerçada em uma educação crítica para formar um ser humano autônomo. Assim, a formação é um passo necessário para que o indivíduo possa ser livre e se desenvolva de maneira plena.

A falta de assistência técnica ou a sua qualidade foi mais um elemento apresentado pelos entrevistados; representantes de 15% das comunidades pontuaram esse item, conforme Figura 24, apesar de somente três comunidades destacarem esse elemento, os seus argumentos são importantes e devem ser considerados.



Figura 24 – Deficiência na Assistência
Fonte: Próprio Autor

Duas das comunidades reclamaram de um técnico especificamente, que não teve o mesmo cuidado e dedicação de outros, mesmo submetido às mesmas regras, o edital apresentou o trabalho questionável na visão dos entrevistados, o que prejudicou o andamento de muitas etapas dos projetos. Como essas ações são centradas no trabalho de assistência técnica, como já foi discutido neste trabalho, acabou tendo um efeito negativo para a imagem do Programa Pró-semiárido.

Outro argumento apresentado é que a assistência está limitada ao intervalo de tempo em que a política está sendo implantada, e como ela não é contínua, as famílias acabam sentindo-se desamparadas no final. Muitas vezes acabam abdicando das metodologias aprendidas para um retorno às velhas práticas da agricultura tradicional,

por isso essas políticas não devem ser de governos, mas, sim, de Estado. Para que a desigualdade histórica seja desconstruída, deve haver aporte de recursos públicos das ações governamentais contínuas para promoção do desenvolvimento e da emancipação dessas comunidades tradicionais.

4.3.4 Qual a agenda de políticas públicas que as comunidades anseiam?

No bloco final das entrevistas semiestruturadas, foram construídos diálogos que permitiram identificar as políticas públicas que as famílias esperam, na visão de cada participante e as ações prioritárias e necessárias para promover o desenvolvimento das comunidades por meio de bases agroecológicas. As respostas foram compiladas também em um formato de rede, como disposto na Figura 25:



Figura 25 – Agenda de Políticas na visão das comunidades
Fonte: Próprio Autor (2023)

Mais da metade das comunidades responderam que a maior necessidade de ações públicas está ligada à disponibilização de água para produção, conforme exposto na Figura 26. Cerca de 85% das famílias entrevistadas, que receberam a cisterna de consumo, estão satisfeitas com a água disponível para consumo. Isso não quer dizer que a água utilizada para esse fim é necessariamente potável, pois muitos não usam somente as cisternas para coleta de água da chuva, também a utilizam como reservatório, guardando também água disponível em sistemas simplificados de abastecimento. Mas quando se trata de água para produção, mesmo àqueles que

receberam cisternas de produção, alegam que o volume água disponível não permite o crescimento da atividade agrícola.



Figura 26 – Mais água para produção
Fonte: Próprio Autor (2023)

O desejo, expresso nas respostas, é que sejam perfurados e instalados poços artesanais, para que esses novos sistemas de abastecimento de água sejam direcionados para uma escalada na produção. Mas se cada família tiver um poço artesiano, não há lençol freático que suporte, esse talvez não seja o modelo ideal, o que não exclui a necessidade de garantir água suficiente para produção agroecológica das famílias. Uma saída seria, além das cisternas de produção, a irrigação de áreas coletivas de fundo e fecho de pasto, onde todos produzem, compartilham os insumos de produção e os resultados; mas, para tanto, é necessário uma conscientização e articulação coletiva, o que ainda não é o retrato dessas localidades, como já foi discutido.

Outro anseio, retratado por cerca de 30% das comunidades, como se pode observar na Figura 27, é o acesso ao crédito, também apontado como falha das políticas públicas anteriores. Os agricultores participaram das formações, receberam alguns insumos, estruturas, como os canteiros produtivos, cisternas e apriscos para animais; mas para que a agricultura agroecológica seja uma fonte renda, é preciso continuar a investir e desenvolver os modelos de negócios coletivos, sendo assim, o acesso ao crédito é fundamental.

É por isso que a geração de renda é uma necessidade e o comércio de produtos da agricultura familiar, com base agroecológica, é um caminho. Necessita-se de políticas públicas que articulem mercados para os produtos do campo de maneira simples e inclusiva, permitindo que diversos produtores participem das oportunidades. As orientações técnicas necessárias vão desde a área comercial, negocial até chegar à publicidade e propaganda; os agricultores devem estar prontos para os desafios.

Durante este capítulo, da apresentação e discussão dos resultados, em alguns momentos, foram realizadas reflexões sobre a importância do envolvimento coletivo, para que algumas ações fossem tomadas e a agroecologia saísse do papel. Essa provocação não partiu somente da observação do pesquisador, mas das próprias repostas dos entrevistados (verificar a Figura 29).



Figura 29 - Políticas para Formação Comunitária
Fonte: Próprio Autor (2023)

Três comunidades pediram que políticas públicas sobre fortalecimento de princípios da coletividade, associativismo e cooperativismo estivessem mais presentes nas agendas públicas de governo, por intermédio da formação comunitária. Sem educação não há autonomia e, muito menos, emancipação. Não basta chegar com uma cisterna de plástico e sair distribuindo nas casas ou oferecer sacos de semente sem nenhuma orientação. Os processos educativos, principalmente voltados para decisões e construções coletivas são as bases das políticas agroecológicas. Entender o seu papel na natureza, na sociedade, as dinâmicas ecológicas e as interações sociais são elementos-chave para libertação de um povo.

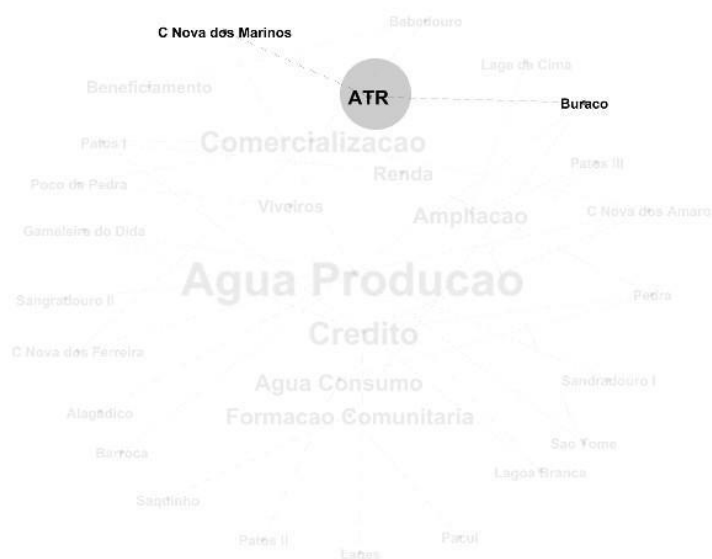


Figura 30 – Políticas de ATER
Fonte: Próprio Autor (2023)

E tudo isso passa pela assistência técnica de extensão rural, os serviços de ATER, também apontados na Figura 30 pela expressão ATR, são os profissionais que estão na ponta de lança, cuidando de cada etapa; esses também precisam ter uma formação consistente, ampla e integrativa, pois eles serão responsáveis por articular os recursos, objetivos dos projetos e as demandas das comunidades. Encarando dias de sol, chuva, tensões, decepções, cumprem um papel primordial e indelegável nas políticas para a agricultura familiar. Para Nascimento (2018), pelo ATER, os agricultores conseguem apresentar melhores condições de vida, ampliar renda, inovar, pois estão atentos aos mercados, buscam apoio e estratégias que auxiliam na produção e comercialização de seus produtos.

As deficiências das políticas recebidas construíram o desejo pelas porvindouras. Quase todos os elementos apontados pelos entrevistados, como aspectos de melhoria para as políticas públicas recebidas, com enfoque agroecológico, estiveram presentes nas respostas para a composição da nova agenda de políticas públicas. Isso remete esse debate ao mecanismo de melhoria contínua da administração, ciclo PDCA, sendo que toda ação deve ser planejada, colocada em prática, avaliada e corrigida para o início de uma nova intervenção.

Assim, se as políticas públicas agroecológicas implementadas permitirem mecanismos participativos, em todas as suas fases, isso possibilitará um aprimoramento do trabalho executado e a construção de ações futuras mais alinhadas com as necessidades reais. Essas ações que foram indicadas pelos entrevistados

podem ser transformadas em políticas, projetos e até programas. Já existem muitas experiências sendo executadas no Brasil e na Bahia, mas precisam de adequação para a realidade de cada localidade. As próprias políticas analisadas, nesta tese, mostraram-se assertivas em muitos aspectos, mas precisam de ajustes para aprimoramento e ampliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil se desenvolveu ao longo da sua história por meio de um processo discriminatório, em que o povo negro foi marginalizado. A abolição da escravatura não foi capaz de conter a desigualdade racial que ainda hoje possui força e espaço na

sociedade. Para garantir liberdade, direitos e oportunidades iguais, os movimentos quilombolas travam uma luta constante, sem trégua, exigindo, das autoridades competentes, que políticas públicas sejam implementadas para que essa desigualdade seja extinta ou pelo menos amenizada.

As políticas públicas são justamente as ações desenvolvidas pelos governos para assegurar os direitos para à população. Elas são instrumentos de mudança, capazes de direcionar transformações, desde que estejam orientadas para os interesses coletivos, para construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre. Para que as políticas públicas para as comunidades quilombolas sejam relevantes para os problemas enfrentados, deve haver uma articulação constante entre a sociedade civil organizada e as autoridades constituídas, a fim de garantir que todos os estágios do seu ciclo sejam concluídos de forma participativa, reflexiva e propositiva. Todo este caminho a ser percorrido deve ser orientado pelos interesses das comunidades que são público-alvo dessas ações.

Nesse aspecto, a política torna-se um instrumento de transformação, mas que só pode ser efetiva se ela estiver alicerçada em uma ciência emancipadora, como a agroecologia. Ela permite que princípios ecológicos básicos sejam abordados em uma perspectiva integrativa com as atividades produtivas do campo e as demandas sociais emergentes, no intuito de estudar e tratar ecossistemas preservadores de recursos naturais, socialmente justos, sustentáveis, economicamente viáveis e culturalmente sensíveis; isso pode permitir o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos nessas construções, do exercício das suas liberdades e, por fim, sua consequente emancipação.

Assim, nesta tese, buscou-se integrar comunidades quilombolas, políticas públicas e agroecologia. O objetivo central deste trabalho foi analisar a relação das políticas públicas agroecológicas com o desenvolvimento das comunidades quilombolas. E, para isso, foi realizado um estudo de caso nas comunidades quilombolas de Campo Formoso, utilizando-se ferramentas metodológicas, como entrevistas, observação, análise de conteúdo e análise de redes; foi possível identificar as políticas públicas com enfoque agroecológico que chegaram nessas comunidades tradicionais e analisar a percepção dos agricultores familiares, que receberam tais ações sobre as intervenções governamentais. Por conseguinte,

identificar pontos positivos e negativos dessas iniciativas, assim como construir uma agenda de políticas ainda necessária para essas localidades.

O Programa Pró Semiárido, ATER Quilombola e o Programa de Cisternas foram as políticas de base agroecológica identificadas pela aplicação da metodologia desta tese. O Programa de Cisternas foi implementado em Campo Formoso a partir de 2003; foram várias etapas até que mais da metade das residências rurais, localizadas nestes territórios quilombolas, conquistassem sua cisterna de consumo; essa foi uma ação financiada pelo Governo Federal. O ATER Quilombola é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia que promoveu processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários; a partir de uma abordagem agroecológica, as comunidades receberam essas ações entre os anos de 2016 e 2019. Já o Pró Semiárido, também do Governo da Bahia, começou em 2017 e foi finalizado em 2022, nas regiões deste estudo. Tinha como objetivo contribuir para a redução da pobreza rural de forma duradoura por intermédio do desenvolvimento sustentável da produção, da geração de emprego e renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o desenvolvimento do capital humano e social. Tanto o ATER quanto o Pró-semiárido alcançaram somente 5% da população residente nas comunidades quilombolas de Campo Formoso.

As famílias, contempladas por essas políticas, indicaram que esse conjunto de ações proporcionou diversos benefícios para os agricultores. Com destaque para as cisternas de consumo, foi possível ter água limpa para beber e cozinhar. Como os sistemas de abastecimento de água dessas regiões é deficitário e sem nenhum tipo de tratamento sanitário, essas cisternas de primeira água tornaram-se um item precioso para o semiárido Campo-formosense. Não tem como pensar em emancipação, antes de garantir a satisfação das necessidades básicas, e o acesso à água é uma delas. Porém, mesmo com essa conquista, as comunidades quilombolas de Campo Formoso continuam sofrendo com a escassez da água, sejam por conta do volume de chuvas, insuficientes em muitos períodos do ano, ou porque muitas famílias não puderam receber tal benefício.

Outros benefícios relatados, como cisterna para produção, qualificação dos métodos produtivos, quintais agroecológicos, banco de sementes crioulas, técnicas de preservação da natureza, transformaram as dinâmicas produtivas de muitas

famílias, pois cerca de 900 pessoas foram contempladas. E todos esses elementos proporcionam o exercício da liberdade para comer, produzir, gerar renda, preservar o meio ambiente, enfim, buscar o seu desenvolvimento. O pequeno trabalhador rural produzir seu próprio alimento e ainda conseguir vendê-lo proporciona liberdade financeira; ele não precisa mais se submeter a trabalhos análogos à escravidão, nos grandes latifúndios. É claro que essas ações isoladas têm um efeito limitado, é por isso, que é tão relevante a continuidade dessas políticas, o que ainda não é realidade.

Além do problema da falta de continuidade das políticas, o que interfere no processo de aprendizagem e formação de novas gerações de agricultores agroecológicos, é a questão da cobertura dessas ações públicas. Nessas regiões, existem quase 18 mil habitantes, o que demonstra uma cobertura de aproximadamente 5%, um percentual muito pequeno para a gravidade dos problemas encarados pelas famílias quilombolas. O retrato das comunidades quilombolas de Campo Formoso reflete a dívida histórica que o Brasil tem com o povo negro. Foram gerações inteiras sacrificadas pelo trabalho escravo que levou à marginalização e ao preconceito; famílias construídas sem qualquer suporte governamental, entregues às doenças e à pobreza, tiveram suas liberdades tolhidas, necessárias para o desenvolvimento e para a emancipação humana. Alternativas podem ser buscadas pela agroecologia, entrando de maneira irreversível nas agendas governamentais, tendo como público-alvo prioritário as comunidades tradicionais.

As comunidades que conseguiram articular mais ação pelos programas governamentais foram aquelas que estavam mais organizadas, com associações atuantes e representativas. As ferramentas agroecológicas são essencialmente sociais, construídas por diversas pessoas. Para que as ações tenham uma maior efetividade, com um impacto real sobre o meio e a comunidade, todos devem entender e compartilhar as responsabilidades, pois de maneira integrada e sinérgica, é possível construir uma sociedade diferente do que é imposto pelas correntes majoritárias econômicas e políticas. Esse ponto foi positivo e mereceu destaque em comunidades como a de Lagoa Branca, mas, para as demais, foi considerada uma fraqueza, inclusive o investimento em formação comunitária foi um dos pedidos feitos pelos agricultores para formação de uma nova agenda de políticas públicas.

Os beneficiários dessas ações públicas, além de ressaltarem os ganhos provenientes das ações agroecológicas, puderam apresentar os pontos de melhoria. Sinalizaram a agenda de política pública necessária hoje, para que os agricultores familiares consigam viver bem, organizarem-se, produzirem e venderem os alimentos agroecológicos para Campo Formoso e região. Além da ampliação das ações já aplicadas e da formação continuada, os agricultores pediram mais água para produzir e mais crédito para investir.

Na visão deles, as cisternas de consumo são extremamente importantes, mas não são suficientes; o volume de água necessário para uma produção comercial, mesmo que em pequena escala, requer uma melhoria nos sistemas de abastecimento de água. E para se consolidar no mercado, além da necessidade de organização social já abordada, é preciso ter recursos para investir. As políticas de crédito para agricultura familiar, alinhadas com a produção agroecológica, ainda são muito burocratizadas e não são integradas às demais ações de governo; as instituições financeiras têm pouco interesse sobre essa temática, não é prioridade, por isso é tão difícil.

Por último, é importante frisar aqui a importância do técnico em extensão rural; esse profissional participa de cada etapa da implantação das políticas agroecológicas. A preparação desses e a formação são extremamente importantes para o alcance de resultados cada vez melhores nessas ações. Os governos devem investir um pouco mais na valorização e preparação de tais profissionais; sem eles essa articulação social, de metodologias e técnicas tão singulares não seria possível.

Como fruto desta tese, foi produzido um E-book, com a apresentação dos resultados desta pesquisa. Ele será um relato das ações já implementadas nas comunidades de Campo Formoso, integrado a uma agenda de novas ações, necessárias para que o desenvolvimento desses agricultores seja efetivo e duradouro, reparando uma injustiça histórica que já rendeu desigualdade social e racial sem precedentes.

Sugere-se, ainda, que novos estudos aconteçam com outras metodologias e base de dados, detalhando outras realidades de comunidades que também receberam políticas públicas com enfoque agroecológico, compartilhando outras

experiências e aprimorando-as para difusão do processo de transição agroecológico e desenvolvimento humano.

RERERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária; AS-PTA, 2002. 592 p.

AMABILE, A. E. D. N. Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. D.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. D. N. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 390-391.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 47, p. 378-391, 2012.

AMORIM, Et al. **Mulheres e agroecologia**: fogão agroecológico uma tecnologia de convivência com o Semiárido. Congresso Brasileiro de Agroecologia, v. 10, n.3, 2016.

ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p. 711-723, 1979. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1955399>. Acesso em: 01 jan 2021.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça**. Novas Perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.

BAHIA. **Chamada Pública ATER SDR/BAHIATER nº 002/2016**. Chamada Pública para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Produção de Alimentos Saudáveis nas Unidades Produtivas Familiares nos Biomas da Bahia. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Governo do Estado da Bahia. Salvador, 2022.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **Bahia Produtiva**. CAR, 2023. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>.

BRASIL. Decreto Nº 7794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **BRASIL AGROECOLÓGICO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Quilombos e Quilombolas**: indicadores e propostas de monitoramento de políticas. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 51 p.

BRAZ, C. A. **Agricultura Familiar Quilombola no Litoral Médio Gaúcho**: possibilidade em tempos de estreitamento. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2021.

CAMPOS, A; ALVES, A. O Programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza, **O Brasil sem miséria**, organizado por Tereza Campello, Tiago Falcão, e Patricia Vieira da Costa, 1ª edição, 2014, p.467–92. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de. In: **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 895-929.

CAPO

RAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, 6:63-74, 2012.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferias**. A longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CEREJA, J. R. da S. **Das redes informais às comunidades de Prática**: um método de apoio à gestão do conhecimento. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DUARTE, Francisco Ricardo. **Território em Rede**: Redes Sociais e Difusão do Conhecimento no Geoparque Araripe (CE). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. 2012.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1992.

FEIDEN, A., 2005. **Agroecologia**: Introdução e Conceitos. In: Aquino, A. M., Assis, R. L. (Editores Técnicos). *Agroecologia – Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável*, pp. 49-70. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF.

FERREIRA, J. O. **As regiões de Campo Formoso**. Blog Ambiental de Campo Formoso. Campo Formoso, 27 de janeiro 2017. Acesso em: 1 fev. 2023. Disponível em: <http://ambientalcampoformoso.blogspot.com/2017/>.

FIABANI, Adelmir. **Os Novos Quilombos**: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6°. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 658 p.

GONÇALVES, A. C. **Políticas Públicas para Quilombolas**: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do baú. Dissertação de Mestrado Acadêmico. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora/MG, 2017.

GUZMÁN, E. S. **Agroecologia e desarrollo rural sustentable**. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11., 2002, Seropédica. Palestra... Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. IBGE Cidades, 2020. Acesso em 10 de março de 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/campo-formoso/pesquisa/38/46996?ano=2020>

- KARENKA, M. **Afrocentricity and multicultural education**. In: Mazama, A. (Org.). *The afrocentric paradigm*. Trenton, N.J.: Africa World Press, 73-94, 2003.
- LACERDA, R. dos S.; SILVA, GM da. Desafios para a construção do conceito afrocentrado de desenvolvimento. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 45, p. 294-315, 2018.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LINDBLOM, C. E. The science of "muddling through". **Public Administration Review**, v. XIX, n. 2, p. 79-88, 1959.
- MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Corrents**, Fevereiro 1995. 1-4.
- MELO G. P. (Eco)Turismo: uma (re)leitura dos discursos. Brasília: MMA, IBAMA, 2003. (Série Educação Ambiental).
- MORAIS, Gilsia Fabiane Oliveira et al. Qualidade da Água de Cisternas em Comunidades Rurais do Semiárido de Sergipe. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 14, n. 7, 2018.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agri**. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37–56, 2004.
- MOREIRA, S; JOMALINIS, E; ALMEIDA, M; **Agroecologia e Políticas Públicas: subsídios para incidência nos municípios**. Caderno I: Estado e políticas públicas. Rio de Janeiro: AS-PTA, Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.
- NASCIMENTO, João Ernandes Barreto et al. A importância da ATER para a agricultura familiar do território do Sertão Ocidental de Sergipe. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 138-165, 2018.
- O'TOOLE JR., L. J. Interorganizational relations in implementation. **Handbook of public administration**, Londres, p. 234-244, 2003.
- P1MC. Articulação do Semiárido Brasileiro, 2023. Disponível: <https://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- PEDROSA, R. A. A importância dos quintais produtivos na economia familiar. Minicurso Quintais Produtivos. Agroecol, Dourados, 2016.
- PETERS, B. J. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.
- PETERSEN, P. *et al.* Luzes no Sertão: trajetórias de emancipação social na agricultura familiar do semiárido da Bahia. **Caderno Pró-Semiárido**, 3. ed. Juazeiro: Imbiranatec Design, 2022.
- PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas com bases no desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Texto para discussão 1794. Brasília-DF: Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 29-56, 1993.

SANTOS, S. R. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Mônica Maria Pereira et al. Educação Ambiental para o uso sustentável da água de cisternas em comunidades rurais da Paraíba. **Revista de biologia e ciências da terra**, no. 1 pág. 122-136, 2006.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira e; MATHEUS, Renato Fabiano; PARREIRAS, Fernando Silva; PARREIRAS, Tatiane A. Silva. Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 72-93, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a09.pdf>. >. Acesso em: 30 nov. 2019.

SILVA, J. B. A educação formal afro-quilombola em Alagoas: limites e possibilidades de emancipação humana. **Dissertação** (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa em Pós-Graduação em Educação Brasileira, Maceió, AL, 2012

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

WIESE, A. F.; GALLARDO MILLANÉS, O. A.; BOVO, M. C. AS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: um estudo em dois municípios do Paraná. **Perspectivas Contemporâneas**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 153–176, 2020. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3241>. Acesso em: 10 maio. 2023.